

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DÉBORA SIMÕES DA SILVA

**ANÁLISE DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA NO SISTEMA
PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO**

CURITIBA

2016

DÉBORA SIMÕES DA SILVA

**ANÁLISE DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA NO SISTEMA
PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharela em Direito, Curso de
Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná.

Prof.^a Dr.^a Clara Maria Roman Borges
Prof. Dr. Francisco de Assis do Rêgo Monteiro Rocha
Júnior

CURITIBA

2016

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marly e Miguel, pelo apoio financeiro e anos de trabalho duro para bancar meus estudos, sem os quais não teria chegado até aqui. Além disso, por serem meus exemplos de persistência e resiliência.

À minha irmã, Andressa, pelos cuidados empreendidos ao longo dos anos, pelo apoio psicológico fornecido nos momentos mais difíceis, a maioria deles compartilhados, e pelo incentivo em seguir em frente. Também ao Tiago, meu cunhado, pelo apoio provido ao longo desses anos.

À Panqueca, minha cachorrinha, a qual eu adotei assim que passei no vestibular, que me fez compreender melhor o motivo pelo qual vale a pena adotar cachorros e defender com mais força esses anjos em forma de animais que entram em nossa vida.

Ao João, meu namorado e melhor amigo, o qual, durante esses anos de faculdade, principalmente neste último e mais difícil, sempre esteve comigo me apoiando de maneira incondicional, ouvindo meus desabafos, permitindo que eu estivesse aqui, com saúde emocional, para persistir nos meus objetivos, sendo meu companheiro nos momentos de felicidade e tristeza, de igual maneira, fazendo com que eu conhecesse o que é o amor de verdade. Além disso, contribuiu ativamente com esse trabalho com inúmeras revisões e conselhos. Em especial também a toda sua família, por terem sempre me acolhido nos mais diversos momentos.

Aos meus mais fiéis e eternos amigos, minha família do coração, João, Juliana, Caio, Daniela, Letícia, Luiz, Thales e Daniel, pelos momentos de companheirismo, risadas, tristezas compartilhadas, apoio mútuo, jantares e rolês infinitos. Agradeço-lhes por terem preenchido um vazio em minha vida e ter me proporcionado vivenciar uma experiência familiar incrível cheia de amor e amizade. Poderia prestigiar cada um aqui, mas creio que os valores que cada um compartilhou comigo em comum já bastem para que saibam a importância e o quanto mudaram a minha vida.

Aos meus amados amigos da faculdade, Amanda, uma das minhas melhores amigas da vida, Ana Carolina, parceira de representação da sala, membros da Comissão de Formatura,

parceiras da Iniciação Científica deste ano, integrantes da sala, dentre outros, pelas vivências proporcionadas ao longo desses anos e pelos conselhos e momentos compartilhados. Muito obrigada por tudo.

Aos meus orientadores, Prof.^a Clara e Prof. Francisco, pela sabedoria que me foi passada ao longo dos anos permitindo que eu realizasse esse trabalho e que estiveram presentes nos momentos de dúvida e incertezas.

Aos demais professores da UFPR que fizeram a minha formação ser possível, em especial Prof.^a Ângela, cada um em sua área, contribuindo para um maior aprendizado e criticismo necessários para uma verdadeira formação pessoal, acadêmica e profissional.

Aos membros do escritório Monteiro Rocha, Francisco, João Rafael e Luciana, por terem me permitido uma experiência profissional ampla, a oportunidade de vivenciar os aspectos da advocacia, principalmente a criminal, e a chance diária de realizar tudo isso aliado a minha formação acadêmica.

Aos demais chefes e companheiros de outros estágios, em especial à Renata, do MPTC, que me permitiram vivenciar o aspecto prático do Direito, me dando oportunidades, sem as quais não teria chegado até onde estou e não teria experiências que foram primordiais em minha formação.

Aos funcionários da faculdade, Jane, Cláudia, Alessandra, Elaine e Emerson, pelo amparo diário nas mais diversas questões, fazendo com que esses anos não ficassem tão difíceis com o profissionalismo envolvido.

Aos demais envolvidos, em qualquer lugar, de algum modo, que tenham contribuído positivamente para a minha vida profissional, pessoal e formação acadêmica. Muito obrigada!

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”

(Simone de Beauvoir)

LISTA DE SIGLAS

AP	Ação Penal
ACR	Ação Criminal
AgRg	Agravo Regimental
AGV	Agravo
HC	Habeas Corpus
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mandado de Segurança
RE	Recurso Extraordinário
RISTF	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJ	Tribunal de Justiça

RESUMO

A presente monografia tem o propósito de analisar o instituto da colaboração premiada, com especial ênfase no âmbito da delação premiada, realizando um estudo crítico acerca dos principais posicionamentos acerca dessa temática, conjuntamente com a apreciação dos termos de colaboração premiada realizados contemporaneamente. Dessa maneira, perpassa-se, inicialmente, pelo exame legislativo desse instituto, observando quais são os seus objetivos, requisitos e procedimento atualmente aplicados. O que se demonstra nessa etapa, portanto, é uma compilação do mecanismo geral de funcionamento e aplicação da colaboração premiada com o intuito de fornecer um embasamento teórico-legislativo. Ato contínuo, para aliar a parte teórica com o enfoque prático, percorre-se por um diagnóstico acerca dos termos de colaboração premiada acordados, respectivamente, entre Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa e Otávio Marques de Azevedo com o Ministério Público Federal, devido a sua atual relevância e enfoque na mídia. Inobstante suas respectivas homologações pelo magistrado responsável, pode-se extrair contrariedades ao texto constitucional em suas cláusulas. Por essa razão que se torna imperiosa a apreciação das principais problemáticas constatadas da análise desses casos em específico, bem como das colaborações premiadas como um todo. Assim, como resultado tem-se uma compilação teórico-prática em geral acerca do instituto, bem como uma necessidade de um sopesamento constitucional no transcurso da prática do procedimento da delação premiada.

Palavras-chave: colaboração premiada, operação Lava-Jato, justiça criminal negocial

ABSTRACT

This research has the purpose to analyze the institute of “rewarded collaboration”, with an especial focus on *plea bargain*, making a critical study about the main positions on this matter, together with an appreciation of the terms of some plea bargains done contemporaneously. Thus, the work goes through a legislative exam of the institute, focusing on its objectives, requirements and the procedure applied. What it is shown in this stage is a compilation of the functioning and application of the plea bargain, with the intention of providing a theoretical and legislative background about it. Then, to link the theoretical construction with a practical approach, the work goes through a diagnosis about the terms of about the bargain done between Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa and Otávio Marques de Azevedo and the Federal Prosecution Service, due to its current importance and media reaction. Although the responsible judge homologated it, inconsistencies with the constitutional text can be extracted in its clauses. This makes necessary an appreciation of the principal controversies noticed from the analyses of these cases, along with a study plea bargains as a whole. Thereby, as conclusion, this research brings a theoretical and practical compilation of the institute, together with the need of a constitutional balance of the practice of plea bargain.

Keywords: Plea bargain. Operation Car Wash. Criminal negotiable justice

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. COLABORAÇÃO PREMIADA	14
2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA	14
2.2 REQUISITOS	17
2.3 PROCEDIMENTO	21
2.4 DIREITOS DO COLABORADOR	23
3. APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA NA REALIDADE BRASILEIRA	25
3.1 METODOLOGIA EMPREGADA NO ESTUDO DE CASOS	25
3.2 PROGRESSÃO DE REGIME E APLICAÇÃO E CUMPRIMENTO DA PENA	27
3.3 RENÚNCIA AO DIREITO CONSTITUCIONAL DE RECORRER	31
3.4 VIOLAÇÃO AO DIREITO DE SILÊNCIO E AO PRINCÍPIO DO <i>NEMO TENETUR SE DETEGERE</i>	35
4. ANÁLISE CRÍTICA DA COLABORAÇÃO PREMIADA	37
4.1 VALOR PROBATÓRIO DA DELAÇÃO PREMIADA	37
4.2 VEDAÇÃO AO <i>VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM</i> E A INOBSERVÂNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL	42
4.3 CONSEQUÊNCIA POSITIVA: O ASPECTO DA CELERIDADE PROCESSUAL	45
5. CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1. INTRODUÇÃO

O instituto da colaboração premiada adquiriu grande relevância, tendo em vista sua crescente utilização para a resolução de casos penais, em que pese a pouca regulamentação e, muitas vezes, desrespeito aos dispositivos vigentes nas tratativas negociais empregadas. Justamente pelo seu grande uso e pelo conflito entre princípios e questões as quais dele podem advir que se faz necessária a sua problematização no ordenamento jurídico.

Inicialmente, verifica-se que seu âmbito de aplicação ocorre primordialmente na esfera dos crimes contra a ordem econômica. Essa ordem, por seu turno, deteve de um reconhecimento constitucional por força do fenômeno da globalização, ampliando sua importância de tal modo a obter o reconhecimento como uma categoria de bem jurídico, passando a receber a tutela estatal. O advento dos crimes econômicos, portanto, foi resultado desse processo, bem assim de uma estima cotejada ao patrimônio na esfera penal.¹

Nessa seara, encontra-se o instituto da delação premiada, que se caracteriza através da outorga de benefícios, no momento da aplicação da pena, a indiciados que delatarem cúmplices, colaborando com o curso investigatório, de forma a facilitar e/ou possibilitar a punição dos crimes em análise.²

A delação é uma espécie da colaboração, na medida em que pode servir para obtenção de provas materiais e/ou para que se identifique, de alguma forma, os autores ou partícipes do crime que se esteja analisando.³

Na delação premiada sopesam-se novas informações acerca do crime e sua autoria, bem como o sopesamento da importância de determinado fato ou prova angariada no curso da investigação. Ademais, é realizado um exame do custo-benefício do acordo, o qual será efetivado apenas em caso de concordância entre os Procuradores envolvidos e o acusado em questão, após avaliarem a sua relevância prática para a concretização da investigação criminal.

Ao delator, por seu turno, que deve realizar o acordo de maneira voluntária, é concedido um benefício,⁴ podendo consistir na redução da pena de liberdade, troca de regime de cumprimento da

¹ LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. *Reflexos do acordo de leniência no Processo Penal: a implementação do instituto ao Direito Penal Econômico Brasileiro e a necessária adaptação ao regramento constitucional*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. v. 1, p. 7-8.

² Ibid., p. 23-24.

³ PINTO, Ronaldo Batista. *Colaboração premiada é arma de combate ao crime*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-set-02/ronaldo-pinto-lei-12850-regulamenta-colaboracao-premiada>>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

pena, ainda que não esteja de acordo com o *quantum* fixado, ou substituição de penas privativas de liberdade por restritivas de direito. Muitos desses benefícios, ressalta-se, foram ampliados por força da Lei de Proteção a Testemunhas, a qual previu o perdão judicial e a extinção da punibilidade.

De acordo com o artigo 5º, da Lei 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas), o colaborador pode obter como benefícios secundários: a) medidas de proteção; b) preservação de seu nome e dados de identificação; c) comparecimento perante o juiz separadamente dos corréus; e d) cumprimento de pena em estabelecimento penal diferente dos demais condenados.

Antigamente, a colaboração premiada estava prevista para cada tipo penal específico, como é o exemplo do crime de lavagem de dinheiro. Por conta, disso, existem determinados requisitos para o beneficiário da delação premiada. No que se refere aos crimes de quadrilha ou bando, para ilustração, há a exigência legal de que o participante, para ser beneficiário, denuncie os integrantes do grupo criminoso, de modo a permitir o seu desmantelamento.⁵

A partir da Lei de Proteção a Testemunhas (Lei nº 9.807/1999), esse instituto passou a ser aplicado de maneira ampla a todos os crimes cometidos em concurso, ainda que para eles já estivesse anteriormente previsto esse benefício. Sua ampliação definitiva, contudo, ocorreu em 2013, com o advento da nova Lei de Organizações Criminosas, definindo os requisitos em seu artigo 4º.⁶

Essa lei, por ser mais ampla e com requisitos alternativos, tornou-se a mais benéfica a ser empregada na esfera da colaboração premiada. Portanto, aplica-se a todos os casos anteriores que envolvam coautoria. Dessa forma, o colaborador precisa colaborar de maneira voluntária e de forma efetiva para que seja validada.

No entanto, nos primórdios do instituto, não havia previsão expressa do procedimento a ser adotado nesses acordos. A primeira disciplina legislativa mais minuciosa ocorreu com a Lei nº 10.149/2000, que trata dos acordos de leniência. Após, ocorreu um detalhamento com a Lei nº 12.850/2013, que aplicou esse procedimento também para a colaboração premiada.

⁴ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; CARVALHO, Edward Rocha de. *Acordos de delação premiada e o conteúdo mínimo ético do Estado*. Rio de Janeiro: Doutrina Penal, nº 344, 2006.

⁵ RAMOS, Leandro Ferreira. *A Colaboração Premiada no Direito Penal Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj053370.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2016.

⁶ Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados: I - a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II - a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III - a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV - a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; V - a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.

De acordo com a supracitada Lei nº 12.850/2013, a colaboração premiada poderá ser aplicada durante a fase de investigação policial, durante a fase processual ou após a sentença. Inicia-se com um ajuste entre as partes, devendo passar pela homologação do juiz, verificando o cumprimento de requisitos e finalizando com a concessão do benefício.

Esse acordo poderá ser realizado entre a autoridade policial, o investigado e seu defensor; ou entre o promotor, o réu e o defensor. Há, todavia, certos questionamentos acerca da legitimidade desses acordos, principalmente quando são firmados pela autoridade policial, ferindo a função privativa do Ministério Público em promover ação penal.⁷

Além disso, cumpre ressaltar que o juiz não pode participar das tratativas da delação premiada, cabendo-lhe apenas homologá-la ou não, tendo em vista a sua necessária imparcialidade no julgamento. Assim, esse instituto não retrata um direito subjetivo do réu ou investigado, visto que este surge apenas após a efetiva homologação e cumprimento do acordo.⁸

Ainda que esteja amparado na legalidade, questionamentos acerca dessa prática advêm da doutrina. Críticos afirmam que esse instituto serviria como paliativo para a deficiência investigativa estatal,⁹ bem como que o Estado se desoneraria do papel de persecutor.¹⁰ Dessa maneira, ensejaria a inculpação de pessoas, muitas vezes inocentes, com o único intuito do provimento do acordo.¹¹

A verificação de sua constitucionalidade, portanto, perpassa pelos princípios da individualização da pena e do devido processo legal substancial. Inicialmente, no que concerne ao princípio da individualização da pena, o que se observa é que réus cujas condutas sejam consideradas como menos reprováveis do que a encetada pelo delator receberiam sanção maior, tendo em vista a sua recusa em colaborar com a máquina estatal.¹² Isso também fere a isonomia material, visto que réus em idêntica situação poderão receber tratamento diferenciado.

Ato contínuo, quanto ao devido processo legal substancial, questiona-se a constitucionalidade do instituto, na medida em que o Estado demonstra claramente sua pretensão condenatória. Além disso, o delator se valeria de um depoimento que teria valor semelhante ao depoimento testemunhal, normalmente sem evidências da verdade do que se está falando, podendo

⁷ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 18.^a ed., São Paulo: Atlas, 2014, p.852.

⁸ Idem, p. 836-837.

⁹ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; CARVALHO, Edward Rocha de. *Acordos de delação premiada e o conteúdo mínimo ético do Estado*. Rio de Janeiro: Doutrina Penal, nº 344, 2006.

¹⁰ FELDENS, Luciano. *Ministério Público, Processo Penal e Democracia: Identidade e desafios*. In: *Processo Penal e democracia – Estudos em homenagem aos vinte anos da Constituição da República de 1988*. Organizadores: MALAN, Diogo Rudge. PRADO, Geraldo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 321.

¹¹ LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. *Reflexos do acordo de leniência no Processo Penal: a implementação do instituto ao Direito Penal Econômico Brasileiro e a necessária adaptação ao regramento constitucional*. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. v. 1, p. 27.

¹² SANTOS, Marcos Paulo Dutra. *Colaboração (Delação) Premiada*. 1.^a Ed. Curitiba: JusPodivm, 2016.

levar à condenação meramente por conta disso, ainda que possua como requisito a produção de mais provas que não apenas a delação empregada.

De acordo com esse princípio, deve haver a garantia de um processo para que se possa privar uma pessoa de sua liberdade ou bens, da mesma forma que ao acusado se deve garantir a plena defesa técnica de seus interesses. Isso prestigia a isonomia processual e a paridade de armas na resolução de uma lide judicial.¹³

Dessa maneira, apenas deveria haver uma punição específica após serem asseguradas essas etapas processuais, com a utilização de todos os meios processuais possíveis, garantindo-se, também, o contraditório e a ampla defesa. Com base nisso é que se afiança a bilateralidade¹⁴ dos atos processuais, tendo em vista que o réu deve sempre ter o direito de se manifestar após ser acusado ou durante a produção de provas e deve participar desse processo.

Nesta seara, o que se questiona, principalmente, é mais a prática do que a teoria. Um exemplo claro é que existe previsão legal de que deve existir o contraditório para que se possa homologar o acordo de delação premiada. Todavia, conforme se demonstrará, há, eventualmente, déficits de contraditório. Ademais, o que prejudica, também, a defesa é o fato de a fundamentação dos acordos ser secreta, não sendo concedido acesso nem mesmo aos defensores.

Destarte, faz-se necessário o pleno estudo dessa temática, bem como delicada pesquisa de forma a possibilitar uma regulamentação cuja base se molde em garantias constitucionais e em princípios e normas processuais penais, haja vista o sistema deficitário que se encontra no ordenamento jurídico brasileiro. E dentro dessa abordagem, é cada vez mais importante o fomento de debates cuja finalidade se encontre na resolução de injustiças, uma vez que a utilização da colaboração premiada se encontra de forma crescente.

O presente trabalho, portanto, objetiva estudar como a colaboração premiada é empregada no ordenamento jurídico brasileiro, analisando os casos mais recentes e notórios envolvendo essa prática para que, desse modo, possa-se aduzir determinados problemas e acertos.

Ademais, torna-se essencial avaliar os posicionamentos dos tribunais brasileiros atrelados à temática, bem assim a literatura contemporânea. Da mesma forma, vislumbra-se primordial a análise de casos concretos para que ocorra a explanação da problemática encontrada. Dessa

¹³ LESCANO, Mariana Doernte. *A Delação Premiada e sua (In)validade à luz dos Princípios Constitucionais*. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2010_1/mariana_lescano.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2016.

¹⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no processo penal*. São Paulo: RT, 1999, p. 36

maneira, o que se propõe é o estudo de determinados acordos de colaboração premiada específicos a partir de 2010 para que se possa promover um estudo dos aspectos negativos e positivos desse instituto.

Assim, o que também se objetiva é uma compilação da literatura jurídica brasileira que versa acerca do tema, conjuntamente a um estudo de casos detalhado ao analisar os acordos de delação premiada que foram empregados, para que se possa analisar mais profundamente os problemas conciliando a teoria com a prática.

2. COLABORAÇÃO PREMIADA

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA

O instituto da colaboração premiada consiste, de modo geral, na concessão de benefícios no momento da aplicação da pena a acusados que colaborem com a investigação no intuito de diminuir eventual pena a ser aplicada, no momento de eventual sentença condenatória futura, beneficiarem-se com regime de cumprimento de pena diferenciado, substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ou, até mesmo, conseguir a concessão de perdão judicial.¹⁵

De modo geral, a colaboração premiada pode consistir tanto em uma cooperação na produção ou na obtenção de provas, por exemplo, quanto em uma delação de possíveis comparsas que tenham participado em coautoria do crime em questão, o que também poderá ser utilizado no material probatório. Nesse último caso, será denominado, especificamente, de “delação premiada”.¹⁶

Cumprir destacar, portanto, que a colaboração premiada é mais abrangente que a delação premiada, uma vez que, conforme já esboçado, o colaborador pode simplesmente não incriminar outrem, apenas assumindo a culpa, diferentemente da delação premiada.¹⁷

De acordo com o conceito de Renato Brasileiro, em sua concepção ampla, a colaboração premiada pode ser assim conceituada:

¹⁵ ‘Não se pode confundir delação premiada com colaboração premiada. Esta é mais abrangente. O colaborador da Justiça pode assumir culpa e não incriminar outras pessoas (nesse caso, é só colaborador). Pode, de outro lado, assumir culpa (confessar) e delatar outras pessoas (nessa hipótese é que se fala em delação premiada”. In: SANTOS, Marcos Paulo Dutra. *Colaboração (Delação) Premiada*. Salvador: JusPodivm. 2016, p. 85.

¹⁶ GOMES, Luiz Flávio. *Corrupção política e Delação premiada*. Porto Alegre: Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal – agosto/setembro de 2005.

¹⁷ Ibid., p. 108.

“Espécie do Direito Premial, a colaboração premiada pode ser conceituada como uma técnica especial de investigação por meio da qual o coautor e/ou partícipe da infração penal, além de confessar seu envolvimento no fato delituoso, fornece aos órgãos responsáveis pela persecução penal informações objetivamente eficazes para a consecução de um dos objetivos previstos em lei, recebendo, em contrapartida, determinado prêmio legal.”¹⁸

Destarte, a delação é concebida como uma colaboração na medida em que é utilizada para obtenção de provas materiais, através de delações, e/ou para que se chegue, de alguma forma, aos autores ou partícipes do crime que se esteja analisando. Assim, há correntes que consideram a delação como meio de prova, mas ainda existe muita divergência acerca da temática, conforme o que será posteriormente examinado.^{19 20 21}

No entanto, em que pese as constatações prévias, parte da doutrina e jurisprudência vem considerando colaboração premiada e delação premiada como expressões sinônimas.²²

Em suma, a delação premiada é caracterizada através da outorga de benefícios, na ocasião da aplicação da pena, a indiciados que realizarem o ato de delatar eventuais cúmplices, cooperando com a investigação de forma a auxiliar seu desfecho, desmantelando organizações criminosas e contribuindo para a obtenção de provas para essa conclusão, corroborando a veracidade de seu depoimento.²³

O instituto da colaboração premiada, contudo, surgiu no direito brasileiro apenas em 1990, com a Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90), tendo em vista que não havia sua previsão no Código Penal, quando do início de sua vigência, em 1941. Dessa forma, foi sendo estabelecida indiretamente por meio de leis esparsas, emergindo efetivamente apenas com a Lei nº 8.072/90, que incluiu o §4º, do artigo 159, ao Código Penal, estabelecendo a delação premiada para o crime de extorsão mediante sequestro.²⁴

¹⁸ LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de Processo Penal*, volume único. 2. ed. rev. ampl. e atual. Salvador, JusPODIVM, 2014, p. 728-729.

¹⁹ MANZINI, Vincenzo. *Trattato di Diritto Processuale Penale italiano*. 6. ed. v. III. Torino: UTET, 1970, p. 313-314.

²⁰ CONDE, Francisco Munhoz. *La búsqueda de la verdad nel proceso penal*. 2. ed. Buenos Aires: Hamurabi, 2003, p. 83-84.

²¹ BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à Criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

²² SANTOS, Marcos Paulo Dutra. *Colaboração (Delação) Premiada*. Salvador: JusPodivm. 2016, p. 81.

²³ LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. *Reflexos do acordo de leniência no Processo Penal: a implementação do instituto ao Direito Penal Econômico Brasileiro e a necessária adaptação ao regramento constitucional*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. v. 1, p. 23-24.

²⁴ RAMOS, Leandro Ferreira. *A Colaboração Premiada no Direito Penal Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj053370.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2016.

Ademais, por meio dessa lei que se estendeu o instituto para o crime de quadrilha ou bando, em casos de crimes hediondos, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas, ou terrorismo.²⁵

Ato contínuo, em 1995, houve o advento da Lei de Crimes Organizados (Lei nº 9.034/95), que instituiu a colaboração premiada para os crimes de organizações criminosas.²⁶ Além disso, a Lei nº 9.080/95 alterou a Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária (Lei nº 8.137/90),²⁷ bem como a Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/86), estabelecendo a possibilidade da colaboração premiada para os crimes a que essa última lei se referia.²⁸

A colaboração premiada no Código Penal Brasileiro foi alterada novamente com o advento da Lei nº 9.269/96, modificando o §4º, do artigo 159²⁹, tendo em vista que antes o crime precisava ser cometido em quadrilha e agora basta que seja em concurso.³⁰

Após, ocorreu mais uma previsão da colaboração premiada, mas para os crimes de lavagem de dinheiro, em conformidade à Lei nº 9.613/98.³¹

Já a Lei de Proteção a Testemunhas (Lei nº 9.807/99) representou um verdadeiro marco para a colaboração premiada, visto que através dela ocorreu uma tentativa de padronização das regras esparsas que vigiam à época.³² No entanto, ainda foram efetuadas diversas alterações posteriores, a exemplo da que ocorreu com a Lei nº 10.149/00, alterando a Lei nº 8.137/86 (Crimes contra a Ordem Tributária), bem como a Lei nº 8.884/94.^{33 34}

Por fim, a Lei de Tóxicos (Lei nº 11.343/2006) também previu a colaboração premiada para os crimes por ela tipificados.³⁵ No entanto, a Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13) detalhou as nuances desse instituto.³⁶

²⁵ RAMOS, Leandro Ferreira. *A Colaboração Premiada no Direito Penal Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj053370.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2016.

²⁶ SANTOS, Marcos Paulo Dutra. *Colaboração (Delação) Premiada*. 1ª Ed. Curitiba: JusPodivm, 2016.

²⁷ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 4. ed., rev. e ampl., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

²⁸ RAMOS, Leandro Ferreira. Op. cit.

²⁹ O § 4º do art. 159 do Código Penal passou a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159.

§ 4º Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços."

³⁰ LOPES JR., Aury. *Direito processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2014.

³¹ RAMOS, Leandro Ferreira. Op. cit.

³² OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Op. cit.

³³ RAMOS, Leandro Ferreira. Op. cit.

³⁴ SANTOS, Marcos Paulo Dutra. Op. cit.

³⁵ Id.

³⁶ RAMOS, Leandro Ferreira. Op. cit.

2.2 REQUISITOS

Na delação premiada, a análise cinge-se à possibilidade de se extrair novos elementos acerca do crime e sua autoria, bem como o sopesamento da importância de determinado fato ou prova angariada no curso da investigação.³⁷ Ademais, será realizado um exame do custo-benefício da efetivação do acordo, o que ocorrerá apenas em caso de concordância entre o Ministério Público e o acusado em questão e, posteriormente, por força da homologação do juiz responsável.³⁸

Antigamente, como já abordado, esse instituto era previsto para cada tipo penal específico, como é o exemplo do crime de lavagem de dinheiro. À vista disso, existem requisitos para o beneficiário da delação premiada.³⁹ No que se refere aos crimes de quadrilha ou bando, por exemplo, há a exigência legal de que o participante, para ser beneficiário, denuncie os integrantes do grupo criminoso, de forma a admitir ou facilitar o seu desmantelamento.⁴⁰

A partir da Lei de Proteção a Testemunhas (Lei nº 9.807/1999), esse instituto começou a ser empregado de maneira ampla a todos os crimes cometidos em concurso.⁴¹ Ou seja, sua aplicação não mais se delimitava a determinado tipo penal.⁴² Para que fosse validada, da colaboração deveria resultar a identificação de coautores ou partícipes, localização da vítima com vida e/ou recuperação total ou parcial do produto do crime.⁴³

Sua ampliação definitiva, contudo, ocorreu em 2013, com o advento da nova Lei de Organizações Criminosas, determinando os requisitos específicos em seu artigo 4º.⁴⁴ Essa lei, por ser mais genérica e com requisitos alternativos, tornou-se a mais benéfica. Portanto, aplica-se a todos os casos anteriores que envolvam coautoria. Dessa forma, o colaborador precisa contribuir de maneira voluntária e de forma efetiva para que seja convalidada.⁴⁵

³⁷ LOPES JR., Aury. *Direito processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2014.

³⁸ SANTOS, Marcos Paulo Dutra. *Colaboração (Delação) Premiada*. 1ª Ed. Curitiba: JusPodivm, 2016.

³⁹ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 4. ed., rev. e ampl., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

⁴⁰ RAMOS, Leandro Ferreira. *A Colaboração Premiada no Direito Penal Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj053370.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2016.

⁴¹ LOPES JR., Aury. Op. cit.

⁴² Id.

⁴³ RAMOS, Leandro Ferreira. Op. cit.

⁴⁴ Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados: I - a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II - a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III - a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV - a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; V - a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.

⁴⁵ SANTOS, Marcos Paulo Dutra. Op. cit.

O artigo 4º, de referida legislação, previu cinco requisitos, conforme se observa:

“Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

- I - a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas;
- II - a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa;
- III - a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa;
- IV - a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa;
- V - a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.”

Assim, a efetivação da delação premiada ocorrerá caso se observe algum dos cinco requisitos do artigo 4º. No entanto, os requisitos dos incisos II e III são, teoricamente, específicos para os crimes praticados em organização criminosa. Contudo, por analogia, podem ser aplicados aos crimes de associação criminosa ou de associação para o tráfico ilícito de entorpecentes.⁴⁶

Dessa forma, o que se vislumbra é que as condições expostas na Lei de Organizações Criminosas se estendem a todos os casos envolvendo a delação premiada, independentemente do fato típico em questão, tendo em vista tratar-se de requisitos gerais que norteiam o seu desenvolvimento.

Portanto, como requisitos comuns podemos delimitar, primeiramente, o seguinte: confissão de sua participação no crime sob investigação, reconhecendo responsabilidade própria na prática do fato típico.^{47 48}

Caso assim não o fosse, não poderia ser considerado no momento da delação premiada, visto que seria caracterizado como ato de defesa e, portanto, desprovido de valor probatório, de acordo com o que se demonstra com o seguinte julgado:

FURTO QUALIFICADO. PROVA. CHAMADA DE CO-RÉU. VALOR. CONDENAÇÕES MANTIDAS. **A imputação que o co-réu faz contra o outro réu tem valor condenatório, desde que o faça em conjunto com sua confissão de participação no evento criminoso** e que não se revele motivos escusos para tanto. Este valor probatório cresce de importância, quando recebe o apoio de outros elementos colhidos no contraditório. No caso, a chamada, feita por um dos apelantes em depoimentos policial e judicial contra o outro recorrente, serve de lastro condenatório. (TJ-RS - ACR: 70044197440 RS, Relator: Sylvio Baptista Neto, Data de Julgamento: 01/09/2011, Sétima Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/09/2011) (**grifo nosso**).

⁴⁶ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 4. ed., rev. e ampl., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

⁴⁷ INELLAS, Gabriel César Zaccaria de. *Da prova em matéria criminal*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 93.

⁴⁸ SOUZA NETTO, José Laurindo de. *Lavagem de dinheiro: comentários à lei 9.613/98*. Curitiba: Juruá, 2000.. p. 109.

Em segundo, deve-se analisar a espontaneidade ou voluntariedade na realização do acordo de colaboração premiada, sendo uma das principais condições de validade desse instituto.⁴⁹ O presente requisito relaciona-se com a capacidade de o réu estar em juízo⁵⁰ e, também, visa a evitar que as decisões proferidas posteriormente estejam eivadas de vícios e nulidades.⁵¹

Posteriormente, em conformidade com o exposto no artigo 4º, da Lei de Organizações Criminosas, a eficácia da colaboração se submeterá, também, à exigência de que as informações prestadas pelo colaborador levem ao desmantelamento da organização criminosa, à descoberta de partícipes e coautores, revelação de eventuais infrações adicionais, localização parcial ou integral do produto ou libertação da vítima⁵², de acordo com o caso investigado.⁵³

Cumprido ressaltar que deve haver a verificação do nexo de causalidade entre a colaboração prestada e os resultados que venham a ser obtidos.⁵⁴ Essa relação é inclusive exigida jurisprudencialmente, conforme se observa:

Privativa de liberdade - Fixação - Pena-base - Circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu (CP, ART. 59)- Estabelecimento da pena-base modicamente superior ao mínimo legal - Procedimento acertado. I - Sendo as circunstâncias judiciais (CP, art. 59) desfavoráveis ao réu, atua corretamente o juiz que estabelece a pena-base um pouco acima do mínimo legal, em atenção a esses aspectos negativos. Tóxicos - Tráfico de entorpecente - Lei n.º 10.409/02, artigo 32, § 3.º - Colaboração com a Justiça - Direito Penal Premial - **Colaboração premiada - Delação premiada - Redução da pena - Quantidade da redução - Colaboração eficaz - Réu que colabora intensa e eficazmente com a Justiça, como expressa e elogiosamente reconhecido na sentença - Acusado que faz tudo que lhe é possível, sem exceção, como colaborador da Justiça, com isso propiciando identificação, localização e prisão de integrantes-chefes dos grupos distribuidores e comercializadores da droga - Redução que deve ser aplicada no máximo permitido, de dois terços.** II - A quantidade, dentro dos limites legais (Lei n.º 10.409/02, art. 32, § 3.º),

⁴⁹ BOENG, Ursula. *Apostamentos acerca do instituto da delação premiada*. 2007. 65 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba.

⁵⁰ Conforme Pedro Albergaria, o pressuposto da capacidade do arguido para efetuar a declaração de reconhecimento da culpabilidade é entendido como “critério geral da ‘capacidade para estar em juízo’” (In: ALBERGARIA, Pedro Soares de. *Pleabargaining – Aproximação à Justiça Negociada nos EUA*. São Paulo: Almedina, 2007, p. 81).

⁵¹ VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. *Barganha e justiça criminal negocial: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro*. São Paulo: IBCCRIM, 2015, p. 190.

⁵² LOPES Jr., Aury. *Justiça Negociada: utilitarismo processual e eficiência antigarantista*. Disponível em: <<http://www.aurylopes.com.br/art0008.html>> Acesso em 10 de setembro de 2016, p. 91.

⁵³ AÇÃO PENAL. Condenação. Sentença condenatória. Crime de roubo consumado. Perdão judicial ou redução da pena. Benefícios denegados. Acerto. Confissão do fato. Ato que, no entanto, não permitiu localização da vítima com integridade física preservada. Colaboração, ademais, não voluntária. Não atendimento aos requisitos cumulativos previstos nos arts. 13 e 14 da Lei nº 9.807/99. HC denegado. Além de ser voluntária a colaboração aí prevista, são cumulativos os requisitos constantes dos arts. 13 e 14 da Lei nº 9.807/99.

(STF - HC: 85701 SP, Relator: Min. CEZAR PELUSO, Data de Julgamento: 10/02/2009, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-084 DIVULG 07-05-2009 PUBLIC 08-05-2009 EMENT VOL-02359-03 PP-00398 RTJ VOL-00209-01 PP-00198)

⁵⁴ BOENG, Ursula. Op. cit

⁵⁵ GUIDI, José Alexandre Marson. *Delação premiada: no combate ao crime organizado*. Franca: Lemos & Cruz, 2006, p. 169-170.

de redução da pena do réu que colaborou com a Justiça deve guardar proporcionalidade com o grau de eficácia da colaboração, a fim de que possa coadunar-se com o espírito de um Direito Penal Premial, que no âmbito da Lei n.º 10.409/02 quer estimular progressivamente o colaborador da Justiça, chegando a autorizar o juiz até mesmo a conceder-lhe perdão judicial, em verdadeira sentença declaratória de extinção de punibilidade. II-I - Se o réu faz tudo que está a seu alcance, inclusive revelando os nomes dos "cabeças" dos dois grupos com que se envolveu, descrevendo-os corretamente, indo pessoalmente com os agentes policiais para mostrar as pessoas, locais etc., quando contra elas não havia até então nenhum processo ou procedimento instaurado, não é justo, nem proporcional, menos ainda simétrico, que a Justiça regateie a extensão da recompensa premial. Se em tudo o que o réu podia colaborar, ele colaborou com eficácia máxima, é indisputável que tudo o que o Estado-juiz lhe possa dar, em premiação, há de lhe ser dado. Tóxicos - Tráfico de entorpecentes - Crime hediondo - Suspensão condicional da pena - Inviabilidade - Não atendimento, no caso, às exigências do inciso II do artigo 77 do Código Penal - Incompatibilidade, ademais, da imposição de cumprimento da pena em regime integralmente fechado (Lei n.º 8.072/90, art. 2.º, § 1.º), com a concessão de sursis - Entendimento predominante do STJ. III - Ao condenado por crime de tráfico de entorpecentes, tido como hediondo, que ademais não satisfaz as exigências do art. 77, inc. II, do CP, não se concede o benefício do sursis. (TJ-PR - ACR: 2045125 PR Apelação Crime - 0204512-5, Relator: Rabello Filho, Data de Julgamento: 20/03/2003, Terceira Câmara Criminal (extinto TA), Data de Publicação: 04/04/2003 DJ: 6343) (**grifo nosso**).

Ademais, é de suma importância salientar que esses requisitos estão também amparados por jurisprudência de órgãos superiores, conforme se demonstra pelo presente Habeas Corpus, do Superior Tribunal de Justiça, que vislumbra a necessidade do cumprimento de requisitos⁵⁵ para que a colaboração possa ser efetivada:

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. CRIMES DE ROUBOS CIRCUNSTANCIADOS E DE QUADRILHA ARMADA. PLEITOS DE REDUÇÃO DO PERCENTUAL RELATIVO À REINCIDÊNCIA E DE RECONHECIMENTO DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA E DA CONTINUIDADE DELITIVA. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. TESES DE NEGATIVA DE AUTORIA E DE INEXISTÊNCIA DE CONSUMAÇÃO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. AUMENTO DA PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PEDIDO DE APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA. 1. Não há interesse processual quanto aos pleitos de redução do percentual referente à agravante prevista no art. 61, inciso I, do Código Penal, pois não aplicada na espécie, e de reconhecimento da continuidade delitiva e da confissão espontânea, que já foram admitidas tanto na sentença quanto no acórdão impugnado. 2. As teses de negativa de autoria quanto ao primeiro roubo e de inexistência de consumação do segundo demandam revolvimento de matéria fático-probatória, operação sabidamente vedada na via do habeas corpus, ação constitucional de rito célere e cognição sumária. 3. Embora o Impetrante afirme que só houve a participação de três pessoas na conduta delituosa, foi reconhecida a participação de mais de três agentes, não tendo sido apresentados elementos para fundamentar a alegação, nem impugnados os fundamentos apresentados pelo Tribunal de origem. 4. O julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja necessária e suficiente para reprovação do

⁵⁵ VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. *Barganha e justiça criminal negocial: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro*. São Paulo: IBCCRIM, 2015.

crime. Especialmente, quando considerar desfavoráveis as circunstâncias judiciais, deve o magistrado declinar, motivadamente, as suas razões, pois a inobservância dessa regra ofende o preceito contido no art. 93, inciso IX, da Constituição da República. 5. O elevado valor da res furtiva (R\$ 400.000,00 - quatrocentos mil reais) autoriza a valoração negativa das consequências do crime. 6. Qualificadoras e causas de aumento sobejantes podem ser consideradas na primeira fase da aplicação da pena como circunstâncias judiciais aptas a elevar a pena-base acima do mínimo legal, sem que se vislumbre qualquer ofensa ao princípio do *ne bis in idem*. Precedentes. 7. Inexistindo patente ilegalidade na análise do art. 59 do Código Penal, o quantum de aumento a ser implementado em decorrência do reconhecimento das circunstâncias judiciais desfavoráveis fica adstrito ao prudente arbítrio do juiz, não havendo como proceder ao seu redimensionamento na via angusta do *habeas corpus*. Precedentes. **8. Para a configuração da delação premiada (arts. 13 e 14 da Lei 9.807/99), é preciso o preenchimento cumulativo dos requisitos legais exigidos. Precedente do Supremo Tribunal Federal. Na espécie, as instâncias ordinárias, fundamentadamente, consignaram que o depoimento do Paciente não contribuiu de forma eficaz e relevante para o deslinde do caso.** 9. Ordem de *habeas corpus* parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada. (STJ - HC: 233855 MS 2012/0033510-5, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 12/11/2013, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/11/2013) **(grifo nosso)**.

Dessa maneira, pode-se verificar que há a necessidade do preenchimento das condições legais para que a colaboração premiada⁵⁶ possa ser de fato concretizada, conforme o entendimento jurisprudencial exposto.

2.3 PROCEDIMENTO

Nos primórdios do instituto da delação premiada, não havia previsão expressa do procedimento a ser adotado quando da realização desses acordos.⁵⁷ A primeira disciplina legislativa mais delineada ocorreu com o advento da Lei nº 10.149/2000, que alterou a Lei Antitruste, tratando dos acordos de leniência. Após, ocorreu um detalhamento com a Lei nº 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas), que aplicou esse procedimento também para a colaboração premiada.⁵⁸

De acordo com a Lei nº 12.850/2013, os acordos de colaboração premiada poderão ser realizados durante a fase de investigação policial, fase processual ou após a sentença, durante a fase de execução.⁵⁹ Inicia-se com um acordo entre as partes, devendo passar pela homologação do juiz responsável, que irá verificar o cumprimento de requisitos e finalizar com a concessão do benefício previsto no acordo, no momento de eventual sentença condenatória futura.⁶⁰

⁵⁶ VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. *Barganha e justiça criminal negocial: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro*. São Paulo: IBCCRIM, 2015.

⁵⁷ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 18.^a ed., São Paulo: Atlas, 2014, p.858.

⁵⁸ LOPES JR., Aury. *Direito processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2014.

⁵⁹ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Op. cit.

⁶⁰ LOPES JR., Aury. Op. itc

No entanto, os benefícios constantes no *caput* do artigo 4º, da Lei de Organizações Criminosas, poderão ser aplicados mesmo no caso de inexistir a formalização do acordo de colaboração, tendo em vista que o necessário para a ocorrência da efetiva colaboração no curso da investigação seria o resultado dos objetivos definidos nos incisos I a V do supracitado dispositivo legal.⁶¹

Ato contínuo, o acordo de colaboração premiada poderá ser firmado entre a autoridade policial, o investigado e seu defensor; ou entre o promotor, o réu e o defensor. Após a denúncia, o acordo será realizado entre o promotor, as partes e seus respectivos defensores.⁶² Há, todavia, certos questionamentos acerca da legitimidade envolvendo essa negociação, principalmente quando são pactuados pela autoridade policial, ferindo a função privativa do Ministério Público de promover ação penal.⁶³

Além disso, cumpre ressaltar que o juiz não pode participar das tratativas da delação premiada, cabendo-lhe apenas homologá-la ou não, conforme já ressaltado. Dessa maneira, não se pode conceder colaborações de ofício. Assim, esse instituto não se encontra como um direito subjetivo do réu ou investigado, visto que este surge apenas após a efetiva homologação e cumprimento do acordo.⁶⁴

Ressalta-se que há uma proibição legal de que a sentença condenatória seja baseada exclusivamente nas declarações realizadas pelo delator, podendo apenas servir para sua fundamentação.⁶⁵

Inicialmente, portanto, no que concerne ao procedimento, na fase de investigação, por iniciativa voluntária do colaborador e na presença de seu defensor,⁶⁶ a autoridade policial e o Ministério Público poderão iniciar o procedimento formalizando o acordo de colaboração premiada, sem a participação do magistrado.⁶⁷

⁶¹ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 18.^a ed., São Paulo: Atlas, 2014, p.858-859.

⁶² RAMOS, Leandro Ferreira. *A Colaboração Premiada no Direito Penal Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj053370.pdf>>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.

⁶³ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Op. cit., p.852.

⁶⁴ Ibid., p. 836-837.

⁶⁵ LOPES JR., Aury. *Direito processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2014.

⁶⁶ Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

(..)

§ 6º O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.

⁶⁷ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Op. cit., p.859.

Em seguida, caso o Ministério Público, o colaborador e seu respectivo defensor estejam de acordo com as cláusulas expressas no termo, ele será assinado, conjuntamente às declarações do colaborador e cópia dos procedimentos investigatórios e, posteriormente, será encaminhado ao juízo, o qual deverá realizar um exame de regularidade e legalidade das negociações.⁶⁸

Nesse termo, de acordo com o artigo 6º, da Lei de Organizações Criminosas, deverá conter: a) relato da colaboração e possíveis resultados; b) condições da proposta do Ministério Público; c) termo de aceitação do colaborador e defensor; d) assinaturas dos representantes do *Parquet*, colaborador e defensor; e e) especificação de medidas de proteção ao colaborador e família, dependendo do caso concreto.⁶⁹

Após distribuição e encaminhamento ao juiz competente, o termo será a ele direcionado e o magistrado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para decidir acerca da homologação.⁷⁰

Esse acordo pode ocasionar a suspensão do prazo para oferecimento da denúncia, bem assim do processo, até o efetivo cumprimento das medidas acordadas na colaboração, podendo durar até seis meses, suspendendo, também o prazo prescricional.⁷¹⁷²

2.4 DIREITOS DO COLABORADOR

Após a formalização do acordo de colaboração premiada, observam-se efeitos imediatos no que se refere aos direitos do colaborador, principalmente quanto a sua esfera de proteção, desde a fase investigativa até o cumprimento da pena privativa de liberdade, perdão judicial, ou substituição por restritiva de direitos, dependendo do caso concreto.⁷³

⁶⁸ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 18.^a ed., São Paulo: Atlas, 2014, p.860.

⁶⁹ Id.

⁷⁰ Art. 7º O pedido de homologação do acordo será sigilosamente distribuído, contendo apenas informações que não possam identificar o colaborador e o seu objeto.

§ 1º As informações pormenorizadas da colaboração serão dirigidas diretamente ao juiz a que recair a distribuição, que decidirá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

⁷¹ RAMOS, Leandro Ferreira. *A Colaboração Premiada no Direito Penal Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj053370.pdf>>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.

⁷² Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

(...)

§ 3º O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

⁷³ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Op. cit., p.870.

Nessa seara, vislumbam-se como direitos do colaborador, de acordo com o artigo 5º, da Lei nº 12.850/2013:⁷⁴ a) desfrutar das medidas de proteção asseguradas na legislação específica; b) ter nome, imagem e demais informações pessoais preservadas; c) ser conduzido de forma separada dos demais coautores e/ou partícipes; d) participar de audiências sem contato com demais acusados; e) não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, sem prévia autorização; f) cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados.⁷⁵

Contudo, muitas dessas normativas ou não são cumpridas ou chocam-se com limitações, como por exemplo o caso do inciso II, do artigo 5º, da Lei nº 12.850/2013, que trata do direito de ter nome e demais informações pessoais preservados, estando em um embate com o direito à ampla defesa, retratando medida de proteção excepcional.⁷⁶

Cumpre salientar que a partir do recebimento da acusação não mais ocorrerá o sigilo em relação às tratativas encontradas no termo de colaboração premiada,⁷⁷ observando apenas a norma verificada no artigo 5º, da referida lei, preservando os dados pessoais do colaborador.⁷⁸

Essa excepcionalidade, ainda que se encontre em colisão com o direito à ampla defesa, já foi validada pelo Supremo Tribunal Federal, de acordo com o que se demonstra no seguinte julgado:

HABEAS CORPUS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DELAÇÃO PREMIADA. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA RECONHECIDA PELO JUÍZO. PERCENTUAL DE REDUÇÃO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. A garantia de fundamentação dos provimentos judiciais decisórios (inciso IX do art. 93 da Constituição Federal) june o magistrado a coordenadas objetivas de imparcialidade e propicia às partes conhecer os motivos que levaram o julgador a decidir neste ou naquele sentido. 2. A necessidade de motivação no trajeto da dosimetria da pena não passou despercebida na reforma penal de 1984. Tanto que a ela o legislador fez expressa referência na Exposição de Motivos da Nova Parte Geral do Código Penal, ao tratar do sistema trifásico de aplicação da pena privativa de liberdade. 3. Na concreta situação dos autos, o magistrado não examinou o relevo da colaboração do paciente com a investigação policial e com o equacionamento jurídico do processo-crime. Exame, esse, que se faz necessário para determinar o percentual de redução da reprimenda. Noutros termos: apesar da extrema gravidade da conduta protagonizada pelo acionante, o fato é que as instâncias ordinárias não se valeram de tais fundamentos para embasar a escolha do percentual de 1/3 de redução da pena. 4. **A partir do momento em que o Direito admite a figura da delação premiada (art. 14 da Lei 9.807/99) como causa de diminuição de pena e como forma de buscar a eficácia do processo criminal, reconhece que o delator assume uma postura sobremodo incomum: afastar-se do**

⁷⁴ LOPES JR., Aury. *Direito processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2014.

⁷⁵ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 18.^a ed., São Paulo: Atlas, 2014, p.871.

⁷⁶ Id..

⁷⁷ Art. 7º O pedido de homologação do acordo será sigilosamente distribuído, contendo apenas informações que não possam identificar o colaborador e o seu objeto.

(...)

§ 3º O acordo de colaboração premiada deixa de ser sigiloso assim que recebida a denúncia, observado o disposto no art. 5º.

⁷⁸ LOPES JR., Aury. Op. cit.

próprio instinto de conservação ou autoacobertamento, tanto individual quanto familiar, sujeito que fica a retaliações de toda ordem. Daí porque, ao negar ao delator o exame do grau da relevância de sua colaboração ou mesmo criar outros injustificados embaraços para lhe sonegar a sanção premial da causa de diminuição da pena, o Estado-juiz assume perante ele conduta desleal. Em contrapasso, portanto, do conteúdo do princípio que, no caput do art. 37 da Carta Magna, toma o explícito nome de moralidade. 5. Ordem parcialmente concedida para o fim de determinar que o Juízo processante aplique esse ou aquele percentual de redução, mas de forma fundamentada. (STF - HC: 99736 DF, Relator: Min. AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 27/04/2010, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-091 DIVULG 20-05-2010 PUBLIC 21-05-2010 EMENT VOL-02402-04 PP-00849 RT v. 99, n. 898, 2010, p. 513-518) **(grifo nosso)**.

Nessa última decisão, houve o reconhecimento da constitucionalidade do artigo 7º, IV, da Lei nº 9.807/99 (Lei de Proteção a Testemunhas),⁷⁹ a qual assegura justamente a preservação do nome e dados pessoais do colaborador, testemunha ou vítima que esteja sob ameaça. Contudo, conforme se pode observar, essa medida é aceita apenas em situações de excepcionalidade, com risco concreto comprovado.⁸⁰

Por fim, cumpre destacar que, de acordo com o artigo 4º, §16º, da Lei de Organizações Criminosas, a sentença condenatória proferida no caso investigado não será articulada com fundamento apenas nas declarações do colaborador, devendo, obrigatoriamente, fundar-se em outras provas encontradas no curso da investigação, bem como em outros eventuais depoimentos.⁸¹

3. APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA NA REALIDADE BRASILEIRA

3.1 METODOLOGIA EMPREGADA NO ESTUDO DE CASOS

Inicialmente, cumpre ressaltar que os casos que serão aqui apresentados decorrem da Operação “Lava Jato”, assim denominada pelo uso de rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas.

⁷⁹Art. 7º Os programas compreendem, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

(...)

IV - preservação da identidade, imagem e dados pessoais;

⁸⁰ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 18.^a ed., São Paulo: Atlas, 2014, p.872.

⁸¹ Id.

A importância dessa operação reside no fato de ser a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil, além de que o montante de recursos desviados dos cofres da Petrobrás ultrapassa bilhões de reais, sendo que os envolvidos são políticos e agentes de grande expressão no país.

Primeiramente, o caso do doleiro Alberto Youssef é de suma importância a ser estudado por ser o primeiro caso emblemático da Operação Lava Jato. *In casu*, em 2014 foi divulgado o recebimento de pagamentos de Youssef, em nome da Petrobrás, a várias empresas, muitas das quais auferiram dinheiro desviado da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Parte desse montante tinha como destino o pagamento de propinas para políticos de diversos partidos. Em sua delação premiada, o doleiro denunciou a implicação de políticos envolvidos no esquema de corrupção.

Como segundo evento, foi escolhido o de Paulo Roberto Costa, diretor à época de Abastecimento da Petrobrás, entre 2004 e 2012, e teria usado seu cargo para a consolidação de esquemas de corrupção junto a altos funcionários da estatal, grandes empreiteiros, membros do Senado e da Câmara, políticos, dentre outros.

Em consonância com o primeiro fato, este também foi escolhido pela sua repercussão na mídia e por ter sido um dos primeiros acordos de colaboração premiada firmados no âmbito da Operação Lava Jato.

Como último caso, foi escolhido o termo de colaboração premiada firmado por Otávio Marques de Azevedo, o qual era executivo CEO da construtora Andrade Gutierrez, empresa que teve seu nome envolvido no cartel de empreiteiras que desviavam recursos da Petrobras. A importância da análise de sua colaboração se coaduna com os mesmos pontos apresentados pelos dois casos anteriores.

Consigne-se, então, que foi escolhido um caso envolvendo um representante de empreiteira investigada, um caso relativo a um operador interno da Petrobrás e de um operador externo do grupo criminoso.

Por fim, é preciso registrar o método de análise empreendido. Considerando a similaridade dos termos pesquisados – há, inclusive, cláusulas que se repetem –, buscou-se analisá-los de acordo à pertinência temática, isto é, através da categorização dos conteúdos veiculados na colaboração, a saber, progressão de regime e forma de aplicação e cumprimento da pena; renúncia ao direito de recorrer e ao direito de silêncio; questões atinentes à presunção de inocência, consoante minudenciados em sequência.^{82 83}

⁸² LOPES JR., Aury. *Direito processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2014.

3.2 PROGRESSÃO DE REGIME E APLICAÇÃO E CUMPRIMENTO DA PENA

Inicialmente, ao analisar o primeiro termo de colaboração premiada, qual seja, do doleiro Alberto Youssef, verifica-se que, na cláusula 5ª, I, propõe-se uma pena de 30 (trinta) anos de reclusão, conforme se observa abaixo:

“Cláusula 5ª. Considerando os antecedentes e a personalidade do COLABORADOR, bem como a gravidade dos fatos por ele praticados e a repercussão social do fato criminoso, uma vez cumpridas integralmente as condições impostas neste acordo para o recebimento dos benefícios e desde que efetivamente sejam obtidos os resultados previstos nos incisos I, II, III, e IV do art. 4º, da Lei Federal nº 12.850/2013, o Ministério Público Federal (MPF) propõe ao acusado, nos feitos acima especificados e naqueles que serão instaurados em decorrência dos fatos revelados por intermédio da presente colaboração, os seguintes benefícios legais, cumulativamente:

I. a aplicação ao COLABORADOR de penas privativas de liberdade, nos feitos acima especificados e naqueles que serão instaurados em decorrência dos fatos revelados por intermédio da presente colaboração, as quais depois de unificadas resultem em, no mínimo, 30 (trinta) anos de reclusão”⁸⁴

Dessa maneira, o que se averigua é que, em que pese não haver a existência de contraditório prévio à aplicação da pena de, no mínimo, 30 (trinta) anos, no caso específico, assim aconteceu sem nem ao menos passar pelas 3 fases de aplicação da pena ou especificar exatamente por quais crimes o acusado teria que cumpri-la.

Ademais, esse *quantum* ministrado seria referente meramente ao mínimo de pena que deveria ser utilizado. Assim, o Ministério Público, de certa forma, suprimiria o papel do juiz, o qual ficaria comprometido a esse mínimo de pena, em caso de sentença condenatória futura.

Isso pode também ser observado no acordo de colaboração premiada firmado entre Paulo Roberto Costa e o Ministério Público, conforme se demonstra:

“III. Pleiteará a suspensão de processos instaurados, e do respectivo prazo prescricional, por 10 (dez) anos, em todos os casos em desfavor do colaborador não transitados em julgado, assim que atingida a pena unificada de 20 anos resultante de condenações transitadas em julgado;”⁸⁵

No caso em questão, pode-se aferir que o colaborador terá que cumprir a pena de 20 (vinte) anos, ainda que não se demonstre de maneira expressa. Dessa forma, mais uma vez se vislumbra uma espécie de arbítrio do Ministério Público na fixação das penas.

⁸³ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 18.ª ed., São Paulo: Atlas, 2014.

⁸⁴ BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Alberto Youssef, 2014.

⁸⁵ BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Paulo Roberto Costa, 2014.

Além disso, no terceiro caso estudado, qual seja, a colaboração realizada entre o Ministério Público e Otávio Marques de Azevedo, também existe essa pré-fixação das penas a serem cumpridas pelos colaboradores, fato que demonstra o quão comum é essa prática na realização dos termos de colaboração,⁸⁶ de acordo com o segue:

“1) a condenação à pena unificada máxima de 18 (dezoito) anos de reclusão nas ações penais já propostas, bem como nos processos penais que vierem a ser instaurados com esteio nos fatos objeto deste acordo, em regime fechado, a ser cumprido em estabelecimento prisional, nos termos da lei penal;”⁸⁷

Ato contínuo, conforme se constata abaixo, nos acordos de colaboração premiada, no caso o de Alberto Youssef, também existe a possibilidade de previsão dos tipos de regime a serem cumpridos:

“III. o cumprimento pelo COLABORADOR de pena privativa de liberdade em regime fechado por lapso não superior a 5 (cinco) anos e não inferior a 3 (três) anos, iniciando-se a partir da assinatura do presente acordo e detraindo-se o período já cumprido pelo COLABORADOR a título de prisão provisória após a deflagração da "Operação lava Jato"; (...)
V. após o integral cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado nos termos do inciso III da presente cláusula, a progressão do COLABORADOR diretamente para o regime aberto, mesmo que sem o preenchimento dos requisitos legais, nos termos do art. 4º, §5º, da lei nº 12.850/2013.”⁸⁸

Conforme se pode deduzir, ocorre uma progressão direta do regime fechado para o regime aberto de cumprimento de pena, bem como um período de progressão inferior a 1/6, qual seja, entre 3 (três) a 5 (cinco) anos. Esse tema é tratado no artigo 112, da Lei de Execuções Penais, o qual afirma que o apenado deve passar de um regime mais rigoroso para um menos rigoroso.

Existem, ainda, certos requisitos objetivos para que ocorra essa progressão, tendo como exemplo o cumprimento de pelo menos um sexto da pena, bem como requisito subjetivo, qual seja, bom comportamento carcerário.⁸⁹

Ademais, ressalta-se a proibição da chamada progressão de regime “*per saltum*”, que é a possibilidade de o apenado que esteja no regime fechado ser transferido diretamente para o regime aberto, sem a necessidade de passar pelo semiaberto. Esse instituto apenas é aceito nos casos em

⁸⁶ LOPES JR., Aury. *Direito processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2014.

⁸⁷ BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Otávio Marques de Azevedo, 2015.

⁸⁸ BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Alberto Youssef, 2014.

⁸⁹ AMARAL, Fernanda Regina da Cunha. *A progressão de regime prisional per saltum e a Súmula 491 do STJ*. Disponível em: <<http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/2013-02-04-13-50-03/2013-02-04-13-48-55/artigos-publicados/16-artigo-a-progressao-de-regime-prisional-per-saltum-e-a-sumula-491-do-stj>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

que houver um descaso por parte do Estado ao manter um condenado em um regime mais gravoso daquele que deveria estar, sendo que faria jus à progressão.⁹⁰

Essa vedação é amparada pela Súmula 491, do Superior Tribunal de Justiça,⁹¹ cuja proibição se encontra de maneira expressa. Teve como base a aplicação do princípio da legalidade, bem assim a interpretação do artigo 112, da Lei de Execuções Penais,⁹² já referido acima.⁹³

In casu, ainda que se tratando de termo de colaboração premiada, o qual auferia determinados benefícios ao delator, a progressão “*per saltum*” não poderia ser validada, tendo em vista a sua vedação em nosso ordenamento.⁹⁴

Cumprir destacar que, além de ocorrer essa vedação, ainda há um requisito mínimo a ser cumprido, que é o do cumprimento de, no mínimo, 1/6 (um sexto) da pena. No caso analisado, o que se observa é que o Ministério Público Federal determinou que a sentença condenatória encaixasse um mínimo de 30 (trinta) anos de reclusão. Dessa maneira, o sentenciado deveria

⁹⁰ “*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DEFERIMENTO DE PEDIDO DE PROGRESSÃO PARA O REGIME SEMI-ABERTO. AUSÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO. PERMANÊNCIA NO REGIME FECHADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.[...] ORDEM CONCEDIDA, PORÉM, PARA QUE O PACIENTE AGUARDE, NO REGIME ABERTO OU EM PRISÃO DOMICILIAR, O SURGIMENTO DE VAGA EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO.1[...]* 2. O condenado agraciado com a progressão para o regime semi-aberto deve aguardar, em caráter provisório e excepcional, em regime aberto ou prisão domiciliar, o surgimento de vaga em estabelecimento adequado e compatível com o regime para o qual foi promovido. 3. Segundo pacífica jurisprudência desta Corte, caracteriza constrangimento ilegal a manutenção do paciente em regime fechado, ainda que provisoriamente e na espera de solução de problema administrativo, quando comprovado que o mesmo obteve o direito de progredir para o regime semiaberto. 4. Ordem concedida para, caso não seja possível a imediata transferência do paciente para o regime semiaberto, que este aguarde, em regime aberto ou prisão domiciliar, o surgimento de vaga em estabelecimento próprio, salvo se por outro motivo não estiver preso” (BRASIL. STJ. HC 118.316/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 16/4/2009).

No mesmo sentido também já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

“*E M E N T A – AGRADO CRIMINAL – TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS – SENTENÇA CONDENATÓRIA – REGIME FECHADO – PEDIDO DE PROGRESSÃO PARA O ABERTO – DEFERIMENTO – RECURSO MINISTERIAL – ALEGADO NÃO-CUMPRIMENTO DE 1/6 NO REGIME ANTERIOR – PROGRESSÃO PER SALTUM – REEDUCANDO QUE JÁ CUMPRIU TEMPO SUFICIENTE PARA A PROGRESSÃO PARA O REGIME ABERTO – DECISÃO MANTIDA – IMPROVIDO.*

Se o reeducando já completou tempo suficiente para progredir para o regime aberto, não obstante não tenha cumprido 1/6 da pena no regime anterior (semi-aberto), mas sim no regime mais rigoroso, mantém-se a decisão que deferiu a progressão do regime fechado diretamente para o aberto. Recurso ministerial improvido. (TJ-MS – AGV: 34616 MS 2007.034616-5, Relator: Des. Romero Osme Dias Lopes, Data de Julgamento: 13/02/2008, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: 29/02/2008)

⁹¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 491. *É inadmissível a chamada progressão per saltum de regime prisional*. Brasília: 1984.

⁹² **Art. 112.** A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

⁹³ AMARAL, Fernanda Regina da Cunha. *A progressão de regime prisional per saltum e a Súmula 491 do STJ*. Disponível em: <<http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/2013-02-04-13-50-03/2013-02-04-13-48-55/artigos-publicados/16-artigo-a-progressao-de-regime-prisional-per-saltum-e-a-sumula-491-do-stj>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

⁹⁴ Idem.

cumprir um mínimo de 5 (cinco) anos – lapso temporal não compatível com o especificado, uma vez que ele se encaixaria entre 3 (três) e 5 (cinco) anos.

Isso também é averiguado no segundo termo de colaboração em análise, referente a Paulo Roberto Costa, na seguinte cláusula:

“I. Pleiteará que, pelos crimes que são objeto do presente acordo, o acusado fique sujeito à continuidade da prisão cautelar e a penas criminais nos termos seguintes:

a) prisão domiciliar pelo prazo de 1 (um) ano, com tornozeleira eletrônica ou equipamento similar, na medida da efetividade da colaboração e nos termos dos parágrafos deste artigo, sem detração do prazo de prisão preventiva cumprido;

b) após cumprido o período de prisão domiciliar (cautelar ou penal), existindo sentença condenatória transitada em julgado, o cumprimento de parte da pena privativa de liberdade imposta em regime semi-aberto, em período de zero a dois anos, a ser definido pelo Juízo tomando em consideração o grau de efetividade da colaboração;

c) após cumprido o período de prisão em regime semi-aberto, o restante da pena será cumprida em regime aberto até o seu total cumprimento;

(...)

§1º. O Ministério Público pleiteará que a prisão domiciliar com tornozeleira, referida na presente cláusula, seja a forma de execução da custódia cautelar (art. 318 do CPP) até o trânsito em julgado das ações penais em desfavor do colaborador e, caso se encerrem todas, que tal prisão, limitada em seu total ao montante especificado neste artigo, corresponda ao modo de início de execução da pena. O Ministério Público pleiteará que, depois de decorrido o prazo da prisão domiciliar com tornozeleira, o modo de execução de eventuais penas privativas seja o regime semi-aberto, por até dois anos, ou o regime aberto comum, nos termos deste artigo.”⁹⁵

Aqui o que se verifica é que há uma imposição do cumprimento do regime semiaberto, em caso de sentença condenatória, pelo período de zero a dois anos, levando em consideração para isso o grau de efetividade da colaboração. Isso contraria o exposto no artigo 33, §1º, b, do Código Penal,⁹⁶ tendo em vista que a forma de cumprimento e progressão do regime semiaberto, no caso específico, deveria ser observada de acordo com o tempo de pena fixado, bem como pelo tempo de progressão de regime de 1/6 da pena, conforme já exposto acima.

A mesma situação pode ser observada no termo de colaboração premiada firmado por Otávio Marques de Azevedo:

“1) a condenação à pena unificada máxima de 18 (dezoito) anos de reclusão nas ações penais já propostas, bem como nos processos penais que vierem a ser instaurados com esteio nos fatos objeto deste acordo, em regime fechado, a ser cumprido em

⁹⁵ BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Paulo Roberto Costa, 2014.

⁹⁶ Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 1º - Considera-se:

a) regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;

b) regime semi-aberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;

c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

estabelecimento prisional, nos termos da lei penal; 2) em substituição à pena prevista no inciso anterior, a manutenção da prisão preventiva até a homologação deste acordo ou até a superveniência de decisão judicial libera tória que produza seus efeitos até a homologação desde acordo, computando-se o tempo de prisão cautelar como tempo de reclusão em regime fechado em estabelecimento prisional;

I. após o cumprimento do regime fechado acima mencionado, o cumprimento de 1 (um) ano de regime fechado domiciliar com monitoramento eletrônico conforme as regras do apenso 1;

II. após o cumprimento da reclusão em regime fechado domiciliar acima mencionado, a progressão para o regime semiaberto diferenciado por dez meses, conforme as regras do apenso 2;

III. após o cumprimento do regime semiaberto previsto no item anterior a progressão para o regime aberto diferenciado, pelo prazo de dois a cinco anos conforme regras do apenso 3;⁹⁷

Nesse caso, verifica-se novamente a inobservância ao período mínimo de 1/6 de cumprimento da pena para, somente assim, ser concretizada a progressão de regime. Ademais, o que se observa é que há a inserção de um regime adicional de cumprimento de pena, qual seja a do regime fechado domiciliar.

Em suma, nos casos analisados o que se vislumbra é que existem constantes descumprimentos à norma legal, no que diz respeito, primeiramente, à fixação da pena, visto que ocorre de forma discricionária e sem um respaldo mínimo na legislação, e, por segundo, à forma de fixação do regime de cumprimento da pena, bem como a sua progressão, sendo constantemente inobservados o período mínimo de 1/6, a vedação da progressão *per saltum* e os prazos fixados no artigo 33, do Código Penal.⁹⁸

3.3 RENÚNCIA AO DIREITO CONSTITUCIONAL DE RECORRER

Em seguida, denota-se mais uma particularidade constante dos acordos de colaboração premiada, que é a renúncia expressa ao direito de recurso nas cláusulas dos termos de colaboração premiada, conforme se demonstra:

“Cláusula 10. Nos termos da cláusula 6a retro, e também como parâmetro para a avaliação dos resultados deste acordo, nos termos da cláusula 5ª, § 6º, o colaborador se obriga, sem malícia ou reservas mentais, a:
(...)

⁹⁷ BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Otávio Marques de Azevedo, 2015.

⁹⁸ AMARAL, Fernanda Regina da Cunha. *A progressão de regime prisional per saltum e a Súmula 491 do STJ*. Disponível em: <<http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/2013-02-04-13-50-03/2013-02-04-13-48-55/artigos-publicados/16-artigo-a-progressao-de-regime-prisional-per-saltum-e-a-sumula-491-do-stj>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

h) não impugnar, por qualquer meio, o acordo de colaboração, em qualquer dos inquéritos policiais ou ações penais nos quais esteja envolvido, no Brasil ou no exterior, salvo por fato superveniente à homologação judicial, em função de descumprimento do acordo pelo MPF ou pelo Juízo de homologação;

(...)

k) a não impugnar sob qualquer hipótese, salvo o descumprimento do acordo pelo MPF ou pelo Juízo, nenhuma das sentenças condenatórias mencionadas na cláusula 5ª, I, deste acordo;⁹⁹

Da mesma forma, observa-se:

“Cláusula 11. A defesa desistirá de todos os *habeas corpus* e recursos decorrentes no prazo de 24 horas contados da assinatura deste acordo; encaminhando ao Ministério Público Federal 48 horas os protocolos de desistência.”¹⁰⁰

Assim, de acordo com os excertos acima, o colaborador desiste do direito de defesa, ao concordar com as cláusulas que impõe a desistência de impetrar Habeas Corpus ou de impugnar o acordo ou sentença condenatória que venha a ocorrer.

Ora, o direito de defesa é uma garantia constitucional, estabelecida no artigo 5º, LV, da Constituição Federal.¹⁰¹ Esse direito encontra-se intimamente ligado ao processo penal, tendo em vista a não admissão de que o Estado aceite qualquer limitação ao exercício do contraditório, principalmente quando envolve penas privativas de liberdade.¹⁰²

No entanto, esse direito não é inalienável, na medida em que o acusado não é obrigado, necessariamente, a permanecer em silêncio, mas também não pode ser obrigado nem a assim ficar ou não.

Da mesma forma, diz-se que o direito ao recurso não pode ser visto como uma obrigação, mas sim uma garantia constitucional. Assim, não se pode abrir mão de um direito prévio sem nem ao mesmo conhecer as circunstâncias que efetivaram a necessidade de seu exercício.¹⁰³

No caso em comento, vislumbra-se que o colaborador deveria renunciar a esse direito sem nem ao menos ter certeza de uma pena fixada ou das condições e circunstâncias a serem seguidas, o

⁹⁹ BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Alberto Youssef, 2014.

¹⁰⁰ Id.

¹⁰¹ **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

¹⁰² GESTEIRA, Leandro. *Delação Premiada e a Ampla Defesa: o Acordo de Paulo Roberto Costa*. Disponível em: <<http://www.poderjuridico.com.br/delacao-premiada-e-a-ampla-defesa-o-acordo-de-paulo-roberto-costa/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

¹⁰³ Id.

que demonstra a manifesta ilegalidade.¹⁰⁴ O que restaria seria a não homologação pelo juiz dos acordos que contassem com essa cláusula de renúncia expressa.

Ademais, cumpre ressaltar que essas sentenças homologatórias do termo de colaboração premiada não podem ser impugnadas por terceiros delatados,¹⁰⁵ tendo em vista o sigilo do procedimento até o oferecimento da denúncia contra a pessoa em questão, o que ultrapassaria o prazo de se recorrer dessa sentença.¹⁰⁶

Da mesma forma, observa-se essa renúncia nas cláusulas estipuladas pelo Ministério Público no acordo de colaboração premiada de Paulo Roberto Costa, de acordo com o que se observa:

“Cláusula 12. A defesa desistirá de todos os habeas corpus impetrados no prazo de 48 horas, desistindo também do exercício de defesas processuais, inclusive de discussões sobre competência e nulidades.

(...)

Cláusula 17. Ao assinar o acordo de colaboração premiada, o colaborador, na presença de seu advogado, está ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação. Nos termos do art. 4º, §14, da Lei 12.850/2013, o colaborador renuncia, nos depoimentos em que prestar, ao exercício do direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade. O colaborador renuncia ainda, ao exercício do direito de recorrer das sentenças penais condenatórias proferidas em relação aos fatos que são objeto deste acordo, desde que elas respeitem os termos aqui formulados.”¹⁰⁷

Nesse caso, assim como no outro acima analisado, não se poderia nem mesmo insinuar que esse direito de defesa estaria cerceado meramente pela gravidade do crime.¹⁰⁸

Além do mais, as sentenças homologatórias não poderão ser impugnadas por terceiros delatados, tendo em vista o sigilo do procedimento até o oferecimento da denúncia contra esse terceiro, momento no qual não caberá mais nenhum recurso dessa sentença. Desse modo, apenas

¹⁰⁴ BOENG, Ursula. *Apontamentos acerca do instituto da delação premiada*. 2007. 65 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba.

¹⁰⁵ LOPES JR., Aury. *Direito processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2014.

¹⁰⁶ GESTEIRA, Leandro. *Delação Premiada e a Ampla Defesa: o Acordo de Paulo Roberto Costa*. Disponível em: <<http://www.poderjuridico.com.br/delacao-premiada-e-a-ampla-defesa-o-acordo-de-paulo-roberto-costa/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

¹⁰⁷ BRASIL. Ministério Público Federal. *Colaboração Paulo Roberto Costa*, 2014.

¹⁰⁸ DEFESA - GRAVIDADE DO CRIME. Quanto mais grave o crime, deve-se observar, com rigor, as franquias constitucionais e legais, viabilizando-se o direito de defesa em plenitude. PROCESSO PENAL - JÚRI - DEFESA. Constatado que a defesa do acusado não se mostrou efetiva, impõe-se a declaração de nulidade dos atos praticados no processo, proclamando-se insubsistente o veredicto dos jurados. JÚRI - CRIMES CONEXOS. Uma vez afastada a valia do júri realizado, a alcançar os crimes conexos, cumpre a realização de novo julgamento com a abrangência do primeiro. (HC 85969, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 04/09/2007, DJe-018 DIVULG 31-01-2008 PUBLIC 01-02-2008 EMENT VOL-02305-02 PP-00369 RTJ VOL-00203-03 PP-01106)

poderá apresentar provas contradizendo as afirmações prestadas pelo colaborador na ação penal proposta contra ele.¹⁰⁹

Nessa toada, o que se infere é que, em que pese haver previsão proibindo o magistrado de proferir sentença condenatória contra o delatado utilizando somente do depoimento do colaborador,^{110 111} essa falta de recurso à sentença homologatória do acordo acaba sendo prejudicial ao delatado.¹¹²

De maneira similar aos casos analisados previamente, encontra-se o termo de colaboração premiada firmado por Otávio Marques de Azevedo, no que se refere à seguinte cláusula:

“Cláusula 12 - As partes poderão recorrer da sentença apenas no que toca à fixação da pena, ao regime de seu cumprimento, à pena de multa e à multa cível, limitadamente ao que extrapolar os parâmetros deste acordo, prejudicados os recursos já interpostos com objetos diversos,

(...)

Cláusula 14 - Para tanto, o COLABORADOR obriga-se, sem malícia ou reservas mentais, a:

(...)

d) não impugnar, por qualquer meio, este acordo, em qualquer dos inquéritos policiais ou ações penais nos quais esteja envolvido, no Brasil ou no exterior, salvo por fato superveniente à homologação judicial, decorrente do descumprimento do acordo ou da lei pelo Ministério Público Federal ou pelo Poder Judiciário.”¹¹³

Destarte, há uma necessidade de contraditório e ampla defesa, tanto ao colaborador quanto para o delatado, tendo em vista os princípios constitucionais que os garantem, não podendo ser impostas cláusulas que prevejam o contrário.¹¹⁴

¹⁰⁹ GESTEIRA, Leandro. *Delação Premiada e a Ampla Defesa: o Acordo de Paulo Roberto Costa*. Disponível em: <<http://www.poderjuridico.com.br/delacao-premiada-e-a-ampla-defesa-o-acordo-de-paulo-roberto-costa/>>. Acesso em: 21 de outubro de 2016.

¹¹⁰ Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

(...)

§ 16. Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador.

¹¹¹ EMENTA: HABEAS CORPUS. INTERROGATÓRIOS DOS CO-RÉUS, NOS QUAIS O PACIENTE TERIA SIDO DELATADO. ATOS REALIZADOS SEM PRESENÇA DO DEFENSOR DO PACIENTE. APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI N. 10.792/03: IMPOSSIBILIDADE. VÍCIOS NÃO RECONHECIDOS. CONDENAÇÃO AMPARADA EXCLUSIVAMENTE NA DELAÇÃO DOS CO-RÉUS: IMPOSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA. (HC 94034, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 10/06/2008, DJe-167 DIVULG 04-09-2008 PUBLIC 05-09-2008 EMENT VOL-02331-01 PP-00208)

¹¹² GESTEIRA, Leandro. Op. cit.

¹¹³ BRASIL. Ministério Público Federal. *Colaboração Paulo Roberto Costa*, 2014.

¹¹⁴ TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: RT, 2004, p. 211.

3.4 VIOLAÇÃO AO DIREITO DE SILÊNCIO E AO PRINCÍPIO DO *NEMO TENETUR SE DETEGERE*

Por fim, encontramos a seguinte cláusula, que se refere à renúncia à garantia contra autoincriminação e ao direito ao silêncio:

“V - Renúncia à garantia contra a autoincriminação e ao direito ao silêncio:
Cláusula 13. Ao assinar o acordo de colaboração premiada, o COLABORADOR, na presença de seus advogados, está ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, ao qual, nos termos do art. 4º, §14, da Lei 12.850/2013, o COLABORADOR RENUNCIA, nos depoimentos em que prestar, ao exercício do direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.”¹¹⁵

Aqui se analisa outra inconstitucionalidade, que é a renúncia ao direito ao silêncio, encontrado no artigo 4º, §14, da Lei de Organizações Criminosas.¹¹⁶ Nele se encontra expressamente que o colaborador deverá renunciar a esse direito. Dessa maneira, ele é claramente incompatível com preceitos constitucionais, na medida em que obriga o réu a renunciar a essa garantia constitucional e que também é consagrada nos pactos internacionais de direitos humanos, sendo o Brasil signatário deles.¹¹⁷

Dessa maneira, o acusado não deveria ser compelido a fazer prova contra si mesmo sob nenhuma circunstância, ainda que na condição de colaborador ou delator, visto que seu interesse residiria na sentença absolutória mais do que na aplicação dos benefícios da delação decorrentes.¹¹⁸

No entanto, o que se afirma é que não há um dever ao silêncio, apenas um direito do colaborador de assim permanecer, não se autoincriminando. Isso seria corroborado pelo fato de que a colaboração depende de um ato voluntário do agente e que, para sua eficácia, estaria sujeito às informações prestadas.

À vista disso, como o colaborador não seria obrigado a depor, a partir do momento que assim decidiu teria resolvido se submeter às consequências de sua confissão.¹¹⁹

¹¹⁵ BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Alberto Youssef, 2014.

¹¹⁶ Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

(...)

§ 14. Nos depoimentos que prestar, o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.

¹¹⁷ BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Delação premiada na “lava jato” está eivada de inconstitucionalidades*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-dez-04/cezar-bitencourt-nulidades-delacao-premiada-lava-jato>>. Acesso em: 22 de outubro de 2016.

¹¹⁸ Id.

Contudo, o que parece ser mais correto é afirmar que o direito de silêncio faz parte da ampla defesa, outro direito constitucional e, portanto, fundamental.¹²⁰ Nesta esteira, verifica-se a seguinte assertiva:

“O § 14 nos parece inconstitucional, uma vez que ninguém é obrigado a produzir provas em seu desfavor e o silêncio do acusado é garantido no inciso LXIII do Art. 5º da C.F., com inspiração no Tratado Internacional denominado Pacto de São José da Costa Rica, também conhecido como Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário [...]. Embora a lei preveja benefícios para o delator, eventualmente a revelação de determinada prova que possa condenar o delator e o deixe a mercê do alvedrio do negociador o alcance do benefício a ser proposto, para a defesa pode ser extremamente prejudicial. Há de se observar que os benefícios e sua abrangência sempre estarão sujeitos, em parte, à análise subjetiva do negociador, que eventualmente pode decidir que as provas fornecidas pelo delator “não compensam” um alcance maior dos benefícios possíveis. Nessa hipótese o prejuízo para a defesa do investigado ou do réu pode ser inestimável com a obrigatoriedade da renúncia total do silêncio, como prevê o parágrafo em comento. Não se pode olvidar também que, eventualmente, mesmo com a colaboração do delator, as informações não conduzam as provas desejadas ao final da investigação.”¹²¹

Ademais, existe outra previsão constitucional já exposta anteriormente que é o direito de não produzir provas contra si mesmo, conhecido como *nemo tenetur se detegere*.¹²² Por conseguinte, ainda que o acusado realize o acordo de maneira voluntária, ele estaria propenso a produzir provas contra si mesmo.¹²³

Isso é reiterado nos termos de colaboração premiada de Paulo Roberto Costa e Otávio Marques de Azevedo, respectivamente, conforme se observa:

“Parte V - Garantia contra a autoincriminação, direito ao silêncio e direito a recurso
Cláusula 17. Ao assinar o acordo de colaboração premiada, o colaborador, na presença de seu advogado, está ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a

¹¹⁹ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 18.^a ed., São Paulo: Atlas, 2014, p.865.

¹²⁰ **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

¹²¹ FERREIRA FILHO. Juvenal Marques. *Aspectos práticos da Lei nº 12.850 de 02 de agosto de 2013*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25355/aspectos-praticos-da-lei-n-12-850-de-02-de-agosto-de-2013>>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.

¹²² **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

¹²³ CHRISTO, Mariane. A (in)constitucionalidade da renúncia ao direito de silêncio do colaborador na nova lei de organização criminosa. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/marianechristo/artigos/a-in-constitucionalidade-da-renuncia-ao-direito-desilencio-do-colaborador-na-nova-lei-de-organizacao-criminosa-1671>>. Acesso em: 22 de outubro de 2016.

autoincriminação. Nos termos do art. 4º, §14, da Lei 12.850/2013, o colaborado renuncia, nos depoimentos em que prestar, ao exercício do direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.”¹²⁴

“V - Renúncia à Garantia contra a autoincriminação e ao Direito ao Silêncio.

Cláusula 20 - Ao assinar o acordo de colaboração premiada, na presença de seus advogados, ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, o COLABORADOR a eles renuncia, nos termos do art. 40, §14º, da Lei nº 12.850/2013, em especial no que tange aos depoimentos que vier a prestar no âmbito da colaboração ora pactuada, estando ele sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade sobre o que vier a lhe ser perguntado.”¹²⁵

O que se denota, portanto, é que há sim uma renúncia do direito ao silêncio, não apenas pelo fato de o acusado estar realizando voluntariamente o acordo, o que lhe auferiria consequências, mas também pelo compromisso de não poder mentir, sob pena de responder por falso testemunho.¹²⁶

Isso se encontra errôneo pelo fato de que ele não ocupa a posição de testemunha no processo, segundo exigências do princípio da legalidade no âmbito penal.¹²⁷ Além do mais, o que se observa é que, em caso de não serem confirmadas as informações e declarações prestadas pelo colaborador, não pode ocorrer a sua utilização, nem mesmo em desfavor do colaborador, ainda que tenha se autoincriminado no curso da investigação.¹²⁸

4. ANÁLISE CRÍTICA DA COLABORAÇÃO PREMIADA

4.1 VALOR PROBATÓRIO DA DELAÇÃO PREMIADA

No Direito Processual Penal, uma das garantias existentes encontra-se no direito à prova, conjuntamente com o direito de defesa, tendo em vista a necessidade do desenvolvimento das postulações colocadas em voga durante o curso processual.¹²⁹ Através da prova, portanto, é que as partes tentarão formar a convicção do magistrado para a decisão da causa.¹³⁰

¹²⁴ BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Paulo Roberto Costa, 2014.

¹²⁵ BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Otávio Marques de Azevedo, 2015.

¹²⁶ SANNINI NETO. Francisco. *Nova lei de organizações criminosas e a polícia judiciária*. Disponível em: <<https://franciscosannini.jusbrasil.com.br/artigos/121943694/nova-lei-das-organizacoes-criminosas-e-a-policia-judiciaria>>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.

¹²⁷ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 18.^a ed., São Paulo: Atlas, 2014, p.865.

¹²⁸ Ibid., p.866.

¹²⁹ FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 5. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: RT, 2007, p. 78 - 79

¹³⁰ TOURINO FILHO, Fernando Costa. *Processo Penal*. 13. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 202.

Destarte, a prova seria o instrumento pelo qual se forma o pensamento do juiz acerca da ocorrência ou não de determinados fatos.¹³¹ Tendo isso em vista, afirma-se que o direito à prova deverá estar consubstanciado com uma ampla investigação no curso processual, o que possibilitará que o magistrado avalie corretamente as informações colhidas.

Disso também decorre a garantia ao contraditório, cujo objetivo não se vislumbra meramente na defesa como oposição, mas também sob uma perspectiva positiva, no sentido de que deverá ser proporcionada de forma a ocorrer o pleno desenvolvimento processual.¹³²

No que concerne à delação premiada, seu valor probatório encontra-se de maneira controvertida na doutrina atual. Inicialmente, pode-se afirmar que esse instituto peca quanto ao crivo do contraditório, visto que esse aspecto não é muito observado na esfera do firmamento do termo de colaboração premiada e nem no andamento da investigação, conforme se pode verificar no curso do presente trabalho.

O princípio do contraditório, como já afirmado, possui como escopo a colocação em dúvida acerca da existência do fato a partir da ampla defesa oportunizada ao acusado.

No entanto, o que se vislumbra no caso da delação premiada é que não ocorre amplamente esse contraditório, o que implicaria em uma possível incerteza acerca do valor probatório que esse instituto oferece, tendo em vista que o desenvolvimento processual esperado não ocorreria de maneira ampla.¹³³

O motivo para isso é que, a partir do momento em que sobrevém a homologação do termo de colaboração premiada, com o seu posterior cumprimento na sentença condenatória do colaborador, seria impossível um contraditório por parte do delatado, uma vez que os fatos já teriam sido dados como verdadeiros.¹³⁴

Ato contínuo, a delação premiada seria uma espécie de confissão complexa, visto que há uma admissão da responsabilidade penal por parte do injusto ocorrido, na medida em que o

¹³¹ GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; FILHO, Antonio Magalhães Gomes. *As nulidades no processo penal*. 7. ed. rev. atual. São Paulo: RT, 2001, p. 122- 123.

¹³² LESCANO, Mariana Doernte. *A delação premiada e sua (in)validade à luz dos princípios constitucionais*. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2010_1/mariana_lescano.pdf>. Acesso em 23 de outubro de 2016.

¹³³ ESTELLITA, Heloísa. *A delação premiada para a identificação dos demais coautores ou partícipes: algumas reflexões à luz do devido processo legal*. São Paulo: Boletim IBCCRIM, ano 17, n. 202, p. 2-4, set. 2009.

¹³⁴ LESCANO, Mariana Doernte. *A delação premiada e sua (in)validade à luz dos princípios constitucionais*. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2010_1/mariana_lescano.pdf>. Acesso em 23 de outubro de 2016.

colaborador fornece informações úteis para a identificação de possíveis partícipes e/ou coautores das infrações em questão, ou de estrutura hierárquicas criminosas.¹³⁵

Contudo, a delação, ainda que possa ser considerada, por parte da doutrina, como prova testemunhal¹³⁶, ou equiparada ao seu nível, o seu valor, na prática, apenas se aferirá pelos critérios adotados para outros elementos de prova.

Dessa forma, de acordo com o texto legal¹³⁷, o juiz não poderá apenas se basear no que foi dito no momento da delação premiada, devendo confrontá-las com as demais provas produzidas no curso processual.¹³⁸

Esse, inclusive, é o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, conforme se observa do seguinte julgado:

“EMENTA: DENÚNCIA. CRIMES DE PECULATO, CORRUPÇÃO PASSIVA E FALSIDADE IDEOLÓGICA. ALEGAÇÕES PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA: VÍCIOS NÃO CARACTERIZADOS. PRECEDENTES. PRELIMINARES REJEITADAS. PRECEDENTES. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. ABSOLVIÇÃO. AÇÃO PENAL JULGADA IMPROCEDENTE. 1. É apta a denúncia que bem individualiza a conduta do réu, expondo de forma pormenorizada o fato criminoso, preenchendo, assim, os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal. Basta que, da leitura da peça acusatória, possam-se vislumbrar todos os elementos indispensáveis à existência de crime em tese, com autoria definida, de modo a permitir o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. Precedentes. 2. O procedimento especial previsto no artigo 514 do Código de Processo Penal não é de ser aplicado ao funcionário público que deixou de exercer a função na qual estava investido. Precedentes. 3. Não há cerceamento de defesa pelo indeferimento de diligências requeridas pela defesa, mormente se foram elas consideradas descabidas pelo órgão julgador a quem compete a avaliação da necessidade ou conveniência da prova. Precedentes. 4. Preliminares rejeitadas. 5. Os depoimentos e laudos acostados aos autos não apresentam elementos de convicção suficientes para a formação de juízo de certeza sobre a responsabilização criminal do Réu pelos crimes de peculato, corrupção passiva e falsidade ideológica. Falta nos autos prova irrefutável a demonstrar a materialidade e autoria dos crimes a ele imputados. 6. A delação de corréu e o depoimento de informante não podem servir como elemento decisivo para a condenação, notadamente porque não lhes são exigidos o compromisso legal de falar a verdade. 7. Ação penal julgada improcedente.

(STF - AP: 465 DF, Relator: Min. CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 24/04/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014)”

¹³⁵ SANTOS, Marcos Paulo Dutra. *Colaboração (Delação) Premiada*. Salvador: JusPodivm. 2016, p. 87.

¹³⁶ CAPEZ, Fernando. *Curso de processo penal*. 9. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 289.

¹³⁷ Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

§ 16. Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador.

¹³⁸ SANTOS, Marcos Paulo Dutra. Op. cit, p. 88.

No que concerne ao seu valor probatório, propriamente dito, muito se diverge acerca da temática. Como exemplo, Manziani afirmava que não seria lógico dar valor de testemunho às declarações apresentadas por corréu no curso da colaboração premiada, tendo em vista as possíveis tentativas de vingança, por exemplo.¹³⁹

Ademais, Munhoz Conde, corroborando com esse pensamento, alega-se que conceder esse valor probatório à declaração empreendida por corréu no curso do processo violaria presunção de inocência, além de tornar o processo penal como antro de imparcialidade.¹⁴⁰

Contudo, atualmente, pode-se conceder valor probatório atenuado a essa declaração em análise.¹⁴¹ Por conta disso que se previu o supracitado §16, do artigo 4º, da Lei nº 12.850/13, prevendo que “nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador”.

Obviamente, o que aqui se observa é uma limitação ao livre convencimento do magistrado, mas que acaba se encontrando necessária, face ao instituto em estudo. Assim, a intenção do referido texto legal seria o de determinar que somente a delação seria insuficiente para a condenação de delatado, ainda que não tenha legislação legal estabelecendo os requisitos necessários para a condenação.¹⁴²

Nas palavras de Gustavo Badaró, seria “uma *regra de corroboração*, exigindo que o conteúdo da colaboração processual seja confirmado por outros elementos de prova”.¹⁴³ Isso é confirmado, novamente, pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, de acordo com o que se demonstra:

EMENTA: CRIMINAL. PROVA. CONDENAÇÃO. DELAÇÃO DE CO-RÉUS. INVOCAÇÃO DO ART, 5º, INCISOS LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO: AFRONTA INOCORRENTE. É certo que a delação, de forma isolada, não respalda decreto condenatório. Sucede, todavia, que, no contexto, está consentânea com as demais provas coligidas. Mostra-se, portanto, fundamentado o provimento judicial quando há referência a outras provas que respaldam a condenação. Ademais, deixando a defesa de requerer o procedimento previsto no art. 229 do Código de Processo Penal “a acareação” descabe, ante a preclusão, argüir a nulidade do feito. Em verdade, o recorrente, embora sustente a existência de uma questão de direito, consistente na suposta ofensa aos incisos LV e LVI do art. 5º da Constituição, busca, na verdade, o reexame da questão de fato, pretendendo que

¹³⁹ MANZINI, Vincenzo. *Trattato di Diritto Processuale Penale italiano*. 6. ed. v. III. Torino: UTET, 1970, p. 313-14.

¹⁴⁰ CONDE, Francisco Munhoz. *La búsqueda de la verdad nel proceso penal*. 2. ed. Buenos Aires: Hamurabi, 2003, p. 83-84.

¹⁴¹ BADARÓ, Gustavo. *O Valor Probatório da Delação Premiada: sobre o §16 do art. 4º da Lei nº 12.850/13*. Disponível em: < <http://badaroadvogados.com.br/o-valor-probatorio-da-delacao-premiada-sobre-o-16-do-art-4-da-lei-n-12850-13.html>>. Acesso em 23 de outubro de 2016.

¹⁴² Id.

¹⁴³ SEIÇA, Antonio Alberto Medina de. *O conhecimento probatório do coarguido*. Coimbra: Coimbra, 1999, p. 205.

esta Corte reavalie a convicção da instância ordinária. Recurso não conhecido. (RE nº 213.937-PA, Primeira Turma, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ25.06.99).

Além do mais, em decisão proferida pelo Ministro Celso de Mello, pode-se mais uma vez aduzir que a delação premiada é considerada um instrumento de obtenção de prova, e não um meio de prova. Caso assim o fosse, o Estado poderia estar incentivando falsas denúncias sob o pretexto de colaboração.¹⁴⁴

Por conseguinte, não há a possibilidade da realização da corroboração recíproca ou cruzada, no sentido de que não pode ocorrer uma condenação ao réu pelo fato de apenas existir contra este depoimento extraído de colaborações premiadas.¹⁴⁵

Nesse sentido, observa-se:

“EMENTA: 1. O pedido do Procurador- -Geral da República. 2. Os fatos alegadamente delituosos. 3. A colaboração premiada, que não é meio de prova, acha-se legalmente disciplinada como instrumento de obtenção de dados e subsídios informativos. Valor e restrição concernentes ao depoimento do agente colaborador. O “Caso Enzo Tortora” na Itália: um clamoroso erro judiciário. 4. A investigação penal como dever jurídico e resposta legítima do Estado à “notitia criminis”: o investigado como sujeito de direitos e titular de garantias oponíveis ao Estado. 5. A presunção constitucional de inocência não cessa nem deixa de prevalecer em face da instauração de investigação penal e/ou de processo criminal. 6. Regime de sigilo e direito do investigado (e de seu Advogado) de conhecimento e acesso aos elementos de informação constantes dos autos, inclusive ao depoimento do agente colaborador. O princípio da comunhão da prova. 7. Desmembramento da investigação criminal em relação aos que não dispõem de prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal. 8. Autorização para abertura de inquéritos individualizados em relação a Senador da República e a Ministro de Estado e deferimento de outros pedidos.” (Pet 5.700, rel. min. Celso de Mello, decisão monocrática, j. 22-9-2015, DJE de 24-9-2015)

Da mesma forma, posiciona-se a literatura jurídica, conforme explanado por Jacinto Nelson de Miranda Coutinho:

“O que significa ter a palavra do delator tomado o lugar da ‘verdade absoluta’ (como se ela pudesse existir) (...). Aqui reside o perigo maior. Por elementar, a palavra assim disposta não só cobra confirmação precisa e indiscutível como, por outro lado, deve ser sempre tomada, na partida, como falsa, até porque, em tais hipóteses, vem do ‘grande bandido’. Trata-se, portanto, de meia-verdade, ou seja, uma inverdade, pelo menos a ponto de não enganar quem tem os pés no chão; e a cabeça na Constituição”¹⁴⁶

¹⁴⁴ RODAS, Sérgio. *Decisão de Celso de Mello traz manual completo sobre delação premiada*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-out-14/delacao-justifica-investigacao-nao-sentenca-celso-mello>>. Acesso em 24 de outubro de 2016.

¹⁴⁵ GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; FILHO, Antonio Magalhães Gomes. *As nulidades no processo penal*. 7. ed. rev. atual. São Paulo: RT, 2001, p. 141.

¹⁴⁶ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *Fundamentos à inconstitucionalidade da delação premiada*. Boletim IBCCrim. São Paulo: IBCCrim, ano 13, n. 159, p. 7-9, fev. 2006. p. 9

Portanto, a delação premiada não pode ser utilizada como um meio de prova de maneira isolada, tendo em vista as particularidades já mencionadas, principalmente no que se refere à dificuldade de auferir veracidade ao depoimento prestado e a possibilidade de colaborações com intuítos de vingança.¹⁴⁷

4.2 VEDAÇÃO AO *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM* E A INOBSERVÂNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Inicialmente, cumpre afirmar que o Poder Público possui o dever de atuar com a mais plena moralidade perante os seus jurisdicionados, em conformidade com preceitos constitucionais¹⁴⁸, tendo em vista a relação de boa-fé que o cidadão espera de seu gestor.¹⁴⁹

Nessa toada, o que se observa atualmente é uma relativização dessa moralidade, na medida em que encontramos, muitas vezes, informações e afirmações imprecisas no âmbito jurídico, o que nos direciona a diversas interpretações, ocasionando uma insegurança jurídica.^{150 151}

No que diz respeito à colaboração premiada, vislumbra-se que a propositura de ação penal em face dos colaboradores afrontaria o direito fundamental ao devido processo legal, nos moldes constitucionais, quebrando essa necessidade de uma moralidade administrativa.¹⁵²

O motivo inicial é o fato de que o Ministério Público estaria agindo de forma a quebrar a premissa da presunção de inocência,¹⁵³ autorizando, inclusive, conforme já demonstrado nesse trabalho, a produção de provas contra si, fraudando sua boa-fé e utilizando desses mesmos elementos para um futuro processo criminal contra ele próprio.¹⁵⁴

Assim, em conformidade com o explanado por Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco Lamy:

¹⁴⁷ ARANHA, Adalberto José Queiroz Telles de Camargo. *Da prova no processo penal*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 76.

¹⁴⁸ **Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

¹⁴⁹ LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. *Reflexos do acordo de leniência no Processo Penal: a implementação do instituto ao Direito Penal Econômico Brasileiro e a necessária adaptação ao regramento constitucional*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 1, 2014, p. 213.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 215.

¹⁵¹ LOPES JR., Aury. *O novo regime jurídico da prisão processual, liberdade provisória e medias cautelares diversas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

¹⁵² LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. *Reflexos do acordo de leniência no Processo Penal: a implementação do instituto ao Direito Penal Econômico Brasileiro e a necessária adaptação ao regramento constitucional*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 1, 2014, p. 215.

¹⁵³ LOPES Jr., Aury. *Justiça Negociada: utilitarismo processual e eficiência antigarantista*. Disponível em: <<http://www.aurylopes.com.br/art0008.html>> Acesso em 24 de outubro de 2016.

¹⁵⁴ LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. *Op. cit.*

“O Estado sendo uno – simplesmente fragmentado em entes com o intuito de descentralizar funções e assegurar maior eficiência – precisa ter coerência, no mínimo, na maneira como age, quando visto em seu todo. Não é válido em um suposto Estado de Direito que cada ente que compõe o Estado aja de maneira individual e divorciada do contexto em que está inserido. Deve-se, ao contrário, primar pela consonância da atuação de cada ator funcionando como parte de um todo.”¹⁵⁵

À vista disso, existe uma situação complexa envolvendo a colaboração premiada, no sentido de que o colaborador, ao assinar e concordar com as cláusulas do termo de colaboração, adentra em um acordo de cooperação com o Estado,¹⁵⁶ auxiliando-o na investigação do caso penal para receber uma espécie de prêmio, caso cumpra com o acordado.¹⁵⁷

Esse acordo, por seu turno, já se encontra de certa forma maculado, visto que ele e suas cláusulas foram conduzidos pelo próprio Estado,¹⁵⁸ na figura do Ministério Público, caracterizando-se, de certa maneira, como uma imposição.¹⁵⁹

O motivo para isso reside no fato de que as cláusulas do termo de colaboração premiada muito dificilmente poderão ser negociadas de forma a beneficiar o colaborador, da mesma forma que, ao assinar, este perde o seu direito ao recurso – tanto do termo preenchido e da respectiva sentença homologatória, quanto de recursos futuros, em caso de eventual sentença condenatória.¹⁶⁰

Além disso, existe no ordenamento jurídico uma proibição do Estado em agir contrariamente a fato criado por ele mesmo, que é a chamada teoria do *venire contra factum proprium*.¹⁶¹ Assim, a relação do Estado com os jurisdicionados deve ser revestida de boa-fé ao imputar segurança jurídica, cumprimento de cláusulas pré-determinadas, de forma a não prejudicar o réu, seguindo seu dever de lealdade.¹⁶²

Nessa toada, na medida em que o Poder Público detém da possibilidade de revisar os acordos de colaboração premiada já firmados alterando suas cláusulas, enquanto que o colaborador

¹⁵⁵ LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. Ibid., p. 216.

¹⁵⁶ PINTO, Ronaldo Batista. *Colaboração premiada é arma de combate ao crime*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-set-02/ronaldo-pinto-lei-12850-regulamenta-colaboracao-premiada>>. Acesso em: 24 de outubro de 2016.

¹⁵⁷ LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. Op cit.

¹⁵⁸ LOPES Jr., Aury. Op. cit.

¹⁵⁹ LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. Op. cit..

¹⁶⁰ BOENG, Ursula. *Apontamentos acerca do instituto da delação premiada*. 2007. 65 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba.

¹⁶¹ LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. *Reflexos do acordo de leniência no Processo Penal: a implementação do instituto ao Direito Penal Econômico Brasileiro e a necessária adaptação ao regramento constitucional*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 1, 2014, p. 218.

¹⁶² PEREZ, Jesus Gonçalves. *El principio general de la buena fe e nel derecho administrativo*. Madrid: Civitas, 1983. p. 45.

de certa forma fica impedido de recorrer desse acordo ou de futuras sentenças, essa questão acaba quase que anulando a segurança jurídica envolvida.¹⁶³

Não se pode, contudo, acreditar que a delação premiada seria um caminho para a impunidade de todos os colaboradores que eventualmente concordassem com a sua realização, mas sim considerada uma manifestação da ampla defesa¹⁶⁴, tendo em vista a sua possibilidade de diminuir eventual condenação, podendo, em determinados casos, obter o perdão judicial. Por tal motivo que deve ser acatada como um instrumento a mais para o acusado.¹⁶⁵

No entanto, ainda que possa ser considerado, de certa forma, como um utensílio para a defesa do acusado, falta um mínimo do exercício do devido processo legal e do contraditório no âmbito da colaboração premiada para que assim possa ser plenamente considerada.¹⁶⁶

Imperioso se faz, portanto, a análise acerca da renunciabilidade do direito de defesa, tão comumente utilizado nas colaborações premiadas, tendo em vista que influi diretamente na impossibilidade de efetiva autonomia pessoal do réu para a decisão “livre” de abdicar ao exercício do direito de contraditório e defesa.¹⁶⁷

Cumprе ressaltar, ainda, que eventual negativa de aceite do acordo pode acarretar em sanção penal posterior mais gravosa ao acusado, de acordo com o entendimento empreendido por Aury Lopes Jr.:

“O furor negociador da acusação pode levar à perversão burocrática, em que a parte passiva não disposta ao ‘acordo’ vê o processo penal transformar-se em uma complexa e burocrática guerra. Tudo é mais difícil para quem não está disposto ao ‘negócio’”¹⁶⁸

¹⁶³ SCAFF, Fernando Facury. *Responsabilidade civil do Estado Intervencionista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 226.

¹⁶⁴ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes

¹⁶⁵ SANTOS, Marcos Paulo Dutra. *Colaboração (Delação) Premiada*. Salvador: JusPodivm. 2016, p. 75.

¹⁶⁶ “Em resumo, defender-se significa, de modo simples, apresentar algum grau de resistência à atividade persecutória. Em consequência, a admissão íntegra da culpabilidade pelo fato descrito na denúncia, de sua qualificação legal e da sanção penal estabelecida, ou seja, a ‘conformidade’ requerida pelo art. 431, bis, inc. 2, do CPP da Nação da Argentina, não pode ser considerada uma medida defensiva” (In: BOVINO, Alberto. *Procedimiento abreviado y juicio por jurados*. Disponível em: < <http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2006/04/doctrina30479.pdf>>. Acesso em 24 de outubro de 2016.) (tradução livre).

¹⁶⁷ VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. *Barganha e justiça criminal negocial: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro*. São Paulo: IBCCRIM, 2015, p. 190.

¹⁶⁸ LOPES Jr., Aury. *Justiça Negociada: utilitarismo processual e eficiência antigarantista*. Disponível em: <<http://www.aurylopes.com.br/art0008.html>> Acesso em 25 de outubro de 2016.

Assim, essa suposta liberdade auferida ao colaborador, conjuntamente com uma espécie de violação do direito de produzir prova contra si mesmo e os arbítrios dos magistrados e dos membros do Ministério Público acarretam em diversas inconstitucionalidades e possíveis nulidades no curso processual.¹⁶⁹

A justiça negocial, dessa maneira, acaba rompendo com a ideia de processo propriamente dito, uma vez que o contraditório acaba sendo mais restrito que nos processos normais, bem assim pelo fato de que é questionável o aspecto da voluntariedade para a realização de acordos.¹⁷⁰

Ademais, ainda que o Estado detenha o dever de boa-fé perante seu jurisdicionado, o que na realidade pode ocorrer, como já afirmado, é a possibilidade de alterações posteriores das cláusulas do termo de colaboração firmado, da mesma forma que usualmente o que se estabelece é uma pena mínima, não tendo o colaborador nem mesmo a segurança jurídica da pena que irá cumprir.

4.3 CONSEQUÊNCIA POSITIVA: O ASPECTO DA CELERIDADE PROCESSUAL

Sob uma perspectiva contrária, vislumbra-se algumas consequências positivas do instituto da colaboração premiada. A principal que se pode aduzir é o aspecto da celeridade processual. Esse tópico detém de suma importância, tendo em vista que o processo deve se desenvolver dentro de um período de tempo razoável, sem dilações indevidas.¹⁷¹

Obviamente, não se pode ultrapassar direitos fundamentais meramente para cumprir o aspecto da celeridade processual, mas a demora na resolução de casos criminais pode ocasionar conflitos para as partes envolvidas, bem como descrédito no Poder Judiciário.¹⁷²

A duração razoável do processo encontra-se vinculada ao princípio do devido processo legal, ao passo em que a prestação jurisdicional plena apenas ocorrerá quando sua tramitação ocorrer em prazo razoável.¹⁷³

¹⁶⁹“É inegável que os benefícios legais estimulam a colaboração processual que comporta, quase sempre, a autoincriminação. Contudo, desde que não haja nenhuma forma de coação para compeli-lo a cooperar e que o acusado seja instruído quanto ao direito ao silêncio, não há violação ao *nemoteneatur si detegere*” (In: QUEIJO, Maria Elizabeth. *O direito de não produzir prova contra si mesmo*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 258.)

¹⁷⁰ VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. Op. cit., p. 194.

¹⁷¹ LOPES JR, Aury e BADARÓ, Gustavo Henrique RighuIvahy. *Direito ao Processo Penal no Prazo Razoável*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 6.

¹⁷² Id.

¹⁷³ ANTONINI, Lisliê Carvalho. *A Problemática da Duração Razoável do Processo Penal e seus Critérios de Aferição com base nas Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e dos Tribunais Superiores do Brasil*. In: *Processo Penal e Garantias Constitucionais: Estudos para um Processo Democrático*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 182.

Esse prolongamento sem razão afronta, também, direitos fundamentais, na medida em que o processo em si, por conta de suas nuances, acaba violando, de certa forma, a dignidade da pessoa humana e pode acabar se tornando como uma pena anterior ao proferimento de sentença condenatória.¹⁷⁴

Ato contínuo, essa demora na resolução de casos penais acaba sendo uma injustificada procrastinação do dever jurisdicional, o que pode, até mesmo, acarretar em “favorecimentos”¹⁷⁵ para o réu, justamente por conta da morosidade processual, como o advento da prescrição punitiva do Estado.¹⁷⁶

No entanto, ainda não existe determinação expressa acerca do que seria um prazo razoável para a duração processual,¹⁷⁷ limitando-se, apenas, ao texto constitucional, de forma genérica, que garante a duração razoável do processo.¹⁷⁸ Dessa maneira, não há na legislação processual penal limite máximo ou mínimo para se auferir como parâmetro nesse caso¹⁷⁹, e nem mesmo faria sentido, tendo em vista que cada fato detém de complexidade e delineamentos próprios.

O que atualmente existe está estipulado na Lei nº 12.850/13 (Lei de Organizações Criminosas), que passou a adotar dois dos critérios referenciados na jurisprudência brasileira^{180 181}

¹⁷⁴ ANTONINI, Lisliê Carvalho. *A Problemática da Duração Razoável do Processo Penal e seus Critérios de Aferição com base nas Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e dos Tribunais Superiores do Brasil*. In: *Processo Penal e Garantias Constitucionais: Estudos para um Processo Democrático*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 182.

¹⁷⁵ O termo favorecimento não diz respeito a uma ilegalidade, tendo em vista que a prescrição está garantida em lei e não se encontra propriamente como um favor empreendido ao réu, mas se refere ao fato de que não houve uma apuração concreta dos fatos contidos no processo, ou ainda se houve, estes não podem mais ser considerados para uma punição, se for o caso, justamente por uma morosidade na resolução daquele caso por conta de uma demora injustificada do Estado. Assim, o Estado que estaria falhando em não julgar no tempo correto e, por isso, caberia o advento da prescrição.

¹⁷⁶ THUMS, Gilberto. *Sistemas Processuais Penais – Tempo, Tecnologia, Dromologia e Garantismo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 41-42.

¹⁷⁷ LOPES JR, Aury e BADARÓ, Gustavo Henrique RighuIvahy. Op.cit., p. 39.

¹⁷⁸ **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

¹⁷⁹ ANTONINI, Lisliê Carvalho. Op. cit, p. 186.

¹⁸⁰ “PROCESSUAL PENAL. ALEGADA DEMORA PARA JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS IMPETRADO PERANTE O STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA. (HC 116447, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 18/06/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013)”

¹⁸¹ “Habeas corpus. 2. Homicídio duplamente qualificado. Pronúncia. 3. Alegação de excesso de prazo na formação da culpa. 4. Designação do dia 20.6.2013 para julgamento do paciente pelo Tribunal do Júri. Ordem denegada. (HC 116113, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 07/05/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-098 DIVULG 23-05-2013 PUBLIC 24-05-2013)”

para aferir o que seria considerado duração razoável do processo, quais sejam, a complexidade da causa e a dilação indevida por fato procrastinatório atribuível ao réu.¹⁸²

Contudo, o princípio da proporcionalidade obriga a considerar a razoabilidade, mantendo ativa, ou não, a persecução penal em certa quantidade de tempo razoável em conformidade com a complexidade de cada caso.¹⁸³

Infelizmente, no contexto brasileiro ainda não existe preocupação jurisprudencial em buscar formas de solução para descumprimento da garantia de julgamento em prazo razoável, exceto em caso de réu preso.¹⁸⁴

Dentro dessa seara, o que se observa no âmbito da delação premiada é que impõe essa celeridade aos processos em curso em que ocorra a firmação desse termo. O motivo para isso é pelo fato de que o colaborador adianta muitos fatos que seriam de difícil obtenção e entregam os respectivos coautores ou partícipes ajudando no desmembramento principalmente de organizações criminosas.

¹⁸² COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; AVELAR, Daniel R. Surdi de. *A duração razoável do processo: em busca da superação da doutrina do “não-prazo”*. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/a-duracao-razoavel-do-processo-em-busca-da-superacao-da-doutrina-do-nao-prazo-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho-e-daniel-r-surdi-de-avelar/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2016.

¹⁸³ ANTONINI, Lisliê Carvalho. Op cit.

¹⁸⁴ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; AVELAR, Daniel R. Surdi de. Op. cit.

5. CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, buscou-se inicialmente, analisar o panorama geral do instituto da colaboração premiada, sob um enfoque legislativo e principiológico, observando os requisitos e procedimento empreendidos nesse âmbito. Para tanto, utilizou-se da Lei de Organizações Criminosas, a qual se encontra em vigência servindo de base para os requisitos legais normativos e para o devido desenvolvimento dos acordos de colaboração premiada.

Ademais, para que se pudesse delinear a forma segundo a qual esse instituto é tratado na realidade brasileira, imperioso se fez a análise dos principais problemas verificados nos termos de colaboração premiada de Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa e Otávio Marques de Azevedo, os quais convergiram em pontos em comum de análise.

Assim, o que se observou foi que os problemas compreendidos nos acordos de colaboração premiada acabam se estendendo para os casos verificados e que, além disso, não são pontuais, mas sim comuns e de reiterada utilização.

Nessa seara, o estudo partiu dos três principais problemas: a) progressão de regime e forma de cumprimento de pena; b) renúncia ao direito de recorrer; c) violação do direito ao silêncio.

Analizou-se, portanto, essas três esferas e, dentro delas, foram destacados problemas concernentes a: inconsistências na forma de cumprimento da pena prevista no tipo legal no caso concreto, utilização da progressão de regime *per saltum*, cláusulas com expressa renúncia ao direito de recurso, bem como ao direito de não se auto incriminar.

Dessa forma, verifica-se que há a utilização de cláusulas que preveem inconstitucionalidades e ilegalidades e que, ainda assim, são homologadas pelo magistrado em questão.

Por conta disso, o enfoque final da pesquisa ocorreu na análise crítica da delação premiada observando a jurisprudência atual e o tratamento empregado nesse âmbito. Para isso, perpassou-se pelas problemáticas do valor probatório da colaboração premiada e do princípio do *nemo tenetur se detegere*.

Contudo, para avaliar ambos as perspectivas que também se sopesaram pontos positivos da colaboração premiada, quais sejam a maior resolução de casos penais, bem assim o aspecto da celeridade processual. No entanto, ainda que seja uma realidade no ordenamento jurídico brasileiro e que não faça sentido concluir meramente pela não utilização, é de suma importância que se colham algumas soluções.

De início, o que se pode almejar seria um maior emprego da legalidade quando do firmamento dos acordos de colaboração premiada. Ou seja, dever-se-ia utilizar das normas legais vigentes, apenas amenizando para os colaboradores suas penas, quando do amparo da lei.

Ato contínuo, sabe-se que cabe ao magistrado a análise de quaisquer inconsistências encontradas nos termos de colaboração. Portanto, imprescindível que, quando se deparar com ilegalidades evidentes que não homologue aquele termo ou que requeira ao Ministério Público que arranje as cláusulas em questão.

Por fim, outro caminho encontrado encontra-se na esfera do contraditório. O que se objetiva aqui é que a defesa do réu e de terceiros citados em eventuais colaborações possam utilizar-se do seu direito constitucional de manifestação. Dessa maneira, com o emprego de prazos consideráveis para que ambos exerçam o contraditório, bem como com previsões expressas de impugnações de futuras sentenças condenatórias e até mesmo do termo de colaboração haveria uma maior democracia e menor discricionariedade envolvidos nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGARIA, Pedro Soares de. *Plea bargaining– Aproximação à Justiça Negociada nos EUA*. São Paulo: Almedina, 2007.

AMARAL, Fernanda Regina da Cunha. *A progressão de regime prisional per saltum e a Súmula 491 do STJ*. Disponível em: <<http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/2013-02-04-13-50-03/2013-02-04-13-48-55/artigos-publicados/16-artigo-a-progressao-de-regime-prisional-per-saltum-e-a-sumula-491-do-stj>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

ANTONINI, Lisliê Carvalho. *A Problemática da Duração Razoável do Processo Penal e seus Critérios de Aferição com base nas Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e dos Tribunais Superiores do Brasil*. In: *Processo Penal e Garantias Constitucionais: Estudos para um Processo Democrático*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 182.

ARANHA, Adalberto José Queiroz Telles de Camargo. *Da prova no processo penal*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ARRUDA, Samuel Miranda. *O direito fundamental à razoável duração do processo*. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

ÁVILA, Humberto Bergmann. *Teoria dos Princípios. Da definição à aplicação dos princípios jurídicos*, São Paulo: Malheiros, 2003.

BADARÓ, Gustavo. *O Valor Probatório da Delação Premiada: sobre o §16 do art. 4º da Lei nº 12.850/13*. Disponível em: < <http://badaroadvogados.com.br/o-valor-probatorio-da-delacao-premiada-sobre-o-16-do-art-4-da-lei-n-12850-13.html>>. Acesso em 23 de outubro de 2016.

BANDEIRA, Adriana Alves Lima. *Delação premiada no direito positivo brasileiro*. Trabalho de conclusão do curso de direito, Faculdade Farias Brito. Fortaleza-CE: 2007.

BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*. 3. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à Criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BIANCHINI, Alice. *Direito penal econômico: os fins justificam os meios?* Boletim IBCCrim, São Paulo: IBCCrim, vol. 7, nº 84, pp. 09/10, nov., 1999.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal, parte especial*. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2008, v. 3.

_____. *Delação premiada na “lava jato” está eivada de inconstitucionalidades*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-dez-04/cezar-bitencourt-nulidades-delacao-premiada-lava-jato>>. Acesso em: 22 de outubro de 2016.

BOENG, Ursula. *Apontamentos acerca do instituto da delação premiada*. 2007. 65 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba.

BORGES, Clara Maria Roman. *Um olhar para além dos sistemas processuais*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, setembro/2013, v. 104.

BOVINO, Alberto. *Procedimiento abreviado y juicio por jurados*. Disponível em: <<http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2006/04/doctrina30479.pdf>>. Acesso em 24 de outubro de 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Alberto Youssef, 2014.

BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Otávio Marques de Azevedo, 2015.

BRASIL. Ministério Público Federal. Colaboração Paulo Roberto Costa, 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus n. 118316-SP. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília, pub. 16 de abril de 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus n. 233855-MS. Relator: Ministra Laurita Vaz. Brasília, pub. 25 de novembro de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 491. *É inadmissível a chamada progressão per saltum de regime prisional*. Brasília: 1984.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Penal n. 465-DF. Relator: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, pub. 30 de outubro de 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 116113-PA. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, pub. 24 de maio de 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 116447-PB. Relator: Ministro Teori Zavascki. Brasília, pub. 01 de agosto de 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 85701-SP. Relator: Ministro Cezar Peluso. Brasília, pub. 08 de maio de 2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 85969-SP. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, pub. 01 de fevereiro de 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 94034-SP. Relator: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, pub. 05 de setembro de 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 99736-DF. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, pub. 21 de maio de 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Petição n. 5700. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, pub. 24 de setembro de 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 213937-PA. Relator: Ministro Ilmar Galvão. Brasília, pub. 25 de junho de 1999.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Agravo n. 34616-MS. Relator: Desembargador Romero Osme Dias Lopes. Campo Grande, pub. 29 de fevereiro de 2008.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Ação Criminal n. 2045125-PR. Relator: Desembargador Rabello Filho. Curitiba, pub. 04 de abril de 2003.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Ação Criminal n. 70044197440-RS. Relator: Desembargador Sylvio Baptista Neto. Porto Alegre, pub. 15 de setembro de 2011.

CAPEZ, Fernando. *Curso de processo penal*. 9. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 289.

CASTELO BRANCO, Fernando. *Reflexões sobre o acordo de leniência: moralidade e eficácia na apuração dos crimes de cartel*. In: VILARDI, Celso Sanchez; PEREIRA, Flávia Rahal Bresser; DIAS NETO, Theodomiro (coords.). *Direito penal econômico: crimes econômicos e processo penal*. São Paulo: Saraiva, pp. 137/165, 2008.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *O devido processo legal e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CHRISTO, Mariane. *A (in)constitucionalidade da renúncia ao direito de silêncio do colaborador na nova lei de organização criminosa*. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/marianechristo/artigos/a-in-constitucionalidade-da-renuncia-ao-direito-desilencio-do-colaborador-na-nova-lei-de-organizacao-criminosa-1671>>. Acesso em: 22 de outubro de 2016.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

CONDE, Francisco Munhoz. *La busqueda de la verdade nel proceso penal*. 2. ed. Buenos Aires: Hamurabi, 2003.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *Fundamentos à inconstitucionalidade da delação premiada*. Boletim IBCCrim. São Paulo: IBCCrim, ano 13, n. 159, p. 7-9, fev. 2006.

_____. *O papel do novo juiz no processo penal. Crítica à teoria geral do direito processual penal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____.; AVELAR, Daniel R. Surdi de. *A duração razoável do processo: em busca da superação da doutrina do “não-prazo”*. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/a-duracao-razoavel-do-processo-em-busca-da-superacao-da-doutrina-do-nao-prazo-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho-e-daniel-r-surdi-de-avelar/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2016.

_____.; CARVALHO, Edward Rocha de. *Acordos de delação premiada e o conteúdo mínimo ético do Estado*. Rio de Janeiro: Doutrina Penal, nº 344, 2006.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Garantia da Prestação Jurisdicional sem Dilações Indevidas como Corolário do Devido Processo Legal*. Revista de Processo, vol. 66, p.; 72, abr/1992.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Problemática geral das infrações contra a economia nacional*. In: PODVAL, Roberto (org.). Temas de Direito Penal econômico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, pp. 64/98.

DO VALLE, Juliano Keller. *Crítica à delação premiada: uma análise através da teoria do garantismo penal*. São Paulo: Conceito, 2012.

ESTELLITA, Heloísa. *A delação premiada para a identificação dos demais coautores ou partícipes: algumas reflexões à luz do devido processo legal*. São Paulo: Boletim IBCCRIM, ano 17, n. 202, p. 2-4, set. 2009.

FELDENS, Luciano. *A constituição Penal: a dupla face da proporcionalidade no controle de normas penais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

_____. *Ministério Público, Processo Penal e Democracia: Identidade e desafios*. In: Processo Penal e democracia – Estudos em homenagem aos vinte anos da Constituição da República de 1988. Organizadores: MALAN, Diogo Rudge. PRADO, Geraldo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 321.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 5. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: RT, 2007, p. 78 – 79

FERREIRA FILHO. Juvenal Marques. *Aspectos práticos da Lei nº 12.850 de 02 de agosto de 2013*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25355/aspectos-praticos-da-lei-n-12-850-de-02-de-agosto-de-2013>>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. 25ª ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002.

GARCEZ RAMOS, João Gualberto. *A tutela de urgência no processo penal brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Palavra e verdade na filosofia antiga e na psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GESTEIRA, Leandro. *Delação Premiada e a Ampla Defesa: o Acordo de Paulo Roberto Costa*. Disponível em: <<http://www.poderjuridico.com.br/delacao-premiada-e-a-ampla-defesa-o-acordo-de-paulo-roberto-costa/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

GIACOMOLI, Nereu José. *Reformas (?) do processo penal: considerações críticas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

_____; VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. *Processo penal e garantias constitucionais: estudos para um processo penal democrático*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *A motivação das decisões penais*. São Paulo: RT, 2001.

GOMES, Luiz Flávio. *Corrupção política e Delação premiada*. Porto Alegre: Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal – agosto/setembro de 2005.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Técnica processual e teoria do processo*. Rio de Janeiro: AIDE, 2001.

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *As nulidades no processo penal*. 10ª ed. São Paulo: RT, 2008.

GUIDI, José Alexandre Marson. *Delação premiada: no combate ao crime organizado*. Franca: Lemos & Cruz, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica*. Trad. Álvaro L.M. Valls. Porto Alegre: L&PM, 1987.

HAYEK, Friedrich A. *Direito, legislação e liberdade*. Vol. I, II e III. Trad. Anna Maria Capovilla. São Paulo: Visão, 1985.

HULSMAN, Louk. *Alternativas à justiça criminal*. In: PASSETTI, Edson. *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____; DE CELIS, Jacqueline Bernat. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Trad. Maria Lúcia Karam. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

INELLAS, Gabriel César Zaccaria de. *Da prova em matéria criminal*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

JUNIOR, Miguel Reale. *Despenalização no direito penal econômico: uma terceira via entre o crime e a infração administrativa?* Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 7, n. 28, outubro/dezembro de 1999.

LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. *Reflexos do acordo de leniência no Processo Penal: a implementação do instituto ao Direito Penal Econômico Brasileiro e a necessária adaptação ao regramento constitucional*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 1, 2014.

LESCANO, Mariana Doernte. *A Delação Premiada e sua (In)validade à luz dos Princípios Constitucionais*. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2010_1/mariana_lescano.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2016.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de Processo Penal*, volume único. 2. ed. rev. ampl. e atual. Salvador, JusPODIVM, 2014.

LOPES JR. Aury e BADARÓ, Gustavo Henrique. *Direito ao Processo Penal no Prazo Razoável*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

_____. *Direito processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Introdução crítica ao processo penal: fundamentos da instrumentalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 4ª ed., 2006.

_____. *Justiça Negociada: utilitarismo processual e eficiência antigarantista*. Disponível em: <<http://www.aurylopes.com.br/art0008.html>> Acesso em 10 de setembro de 2016

MANZINI, Vincenzo. *Trattato di Diritto Processuale Penale italiano*. 6. ed. v. III. Torino: UTET, 1970, p. 313-14.

MARCÃO, Renato. *Delação premiada*. Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal. Porto Alegre: Síntese, ano VI, nº 35, pp. 160/163, dez./jan., 2006.

MORAIS DA ROSA, Alexandre. *A teoria dos jogos aplicada ao processo penal*. 2. ed. REI dos Livros e Empório do Direito, 2015. v. 1.

NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no processo penal*. São Paulo: RT, 1999.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 4. ed., rev. e ampl., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

ORTH, John v. *Due process of law: a brief history*. University Press of Kansas, 2007.

PATRÍCIO, J. Simões. *Curso de direito econômico*. 1981. Apud FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Direito econômico*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PEREZ, Jesus Gonçalves. *El principio general de labuonafeenelderecho administrativo*. Madrid: Civitas, 1983.

PINTO, Ronaldo Batista. *Colaboração premiada é arma de combate ao crime*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-set-02/ronaldo-pinto-lei-12850-regulamenta-colaboracao-premiada>>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

PRADO, Geraldo. *Prova Penal e sistema de controles epistêmicos: a quebra da cadeia de custódia das provas obtidas por meios ocultos*. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

PRADO, Luiz Regis. *Bem jurídico-penal e constituição*. 3. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

QUEIJO, Maria Elizabeth. *O direito de não produzir prova contra si mesmo*. São Paulo: Saraiva, 2012.

RAMOS, Leandro Ferreira. *A Colaboração Premiada no Direito Penal Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj053370.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2016.

ROCHA JR, Francisco de Assis do Rêgo Monteiro. *A expansão do Direito Penal colhendo seus frutos: uma análise da delação premiada no sistema jurídico brasileiro*. Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil. Curitiba, v. 5, janeiro/dezembro 2005.

RODAS, Sérgio. *Decisão de Celso de Mello traz manual completo sobre delação premiada*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-out-14/delacao-justifica-investigacao-nao-sentenca-celso-mello>>. Acesso em 24 de outubro de 2016.

ROSA, Alexandre Moraes da; AMARAL, Augusto Jobim do. *Cultura da punição: a ostentação do horror*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SALOMI, Maíra Beauchamp. *O acordo de leniência e seus reflexos penais*. Dissertação apresentada perante a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012.

SANNINI NETO. Francisco. *Nova lei de organizações criminosas e a polícia judiciária*. Disponível em: <<https://franciscosannini.jusbrasil.com.br/artigos/121943694/nova-lei-das-organizacoes-criminosas-e-a-policia-judiciaria>>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.

SANTOS, Marcos Paulo Dutra. *Colaboração (Delação) Premiada*. 1ª Ed. Curitiba: JusPodivm, 2016.

SCAFF, Fernando Facury. *Responsabilidade civil do Estado Intervencionista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 226.

SEIÇA, Antonio Alberto Medina de. *O conhecimento probatório do coarguido*. Coimbra: Coimbra, 1999.

SOUZA NETTO, José Laurindo de. *Lavagem de dinheiro: comentários à lei 9.613/98*. Curitiba: Juruá, 2000.

STRECK, Lenio Luiz. *A hermenêutica filosófica e a teoria da argumentação na ambiência do debate “positivismo (neo)constitucionalismo”*. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; BARRETO LIMA, Martonio Mont’Alverne (org.). *Diálogos constitucionais: direito, neoliberalismo e desenvolvimento em países periféricos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

STRECK, Lenio Luiz. *Constitucionalismo e concretização de direitos no Estado Democrático de Direito*. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; STRECK, Lenio Luiz (coord.). *Entre discursos e culturas jurídicas*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

_____. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito*. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

_____. *Verdade e consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas. da possibilidade à necessidade de respostas corretas em direito*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SUANNES, Adauto. *Os fundamentos éticos do devido processo penal*. São Paulo: RT, 1999.

THUMS, Gilberto. *Sistemas Processuais Penais – Tempo, Tecnologia, Dromologia e Garantismo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 41-42.

TOURINO FILHO, Fernando Costa. *Processo Penal*. 13. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 202.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gurnieri. *Acordo de leniência: a delação premiada como instrumento de combate ao cartel*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. São Paulo: Malheiros, n. 143, v. 45, julho/setembro de 2006.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. *Barganha e justiça criminal negocial: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro*. São Paulo: IBCCRIM, 2015.

VICENTINI, Pedro C. E. *A confissão de culpa nos Termos de Compromisso de Cessação: requisito essencial ou prescindível, face ao programa de leniência?* Revista do IBRAC. São Paulo: IBRAC, nº 17, pp. 252-274, jan./jun., 2010.